



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ATA NÚMERO NOVE

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
REALIZADA NO DIA DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

----- Ao décimo dia do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua quinta sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de dezoito de novembro com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:----- --

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e um do Regimento da Assembleia Municipal.-----

2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e dois do Regimento da Assembleia Municipal.-----

3. Período da Ordem do Dia:----- --

3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs sete e oito barra dois mil e catorze;-----

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara; ----

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e quinze;----- --

3.4. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de dois e quinze a dois mil e dezoito e Orçamento para o ano de dois mil e quinze dos Serviços Municipalizados da Maia;-----

3.5. Abertura concurso público para adjudicação do “Fornecimento de casca de pinho para a compostagem de lamas da Etar de Parada”, pelo período de dois anos” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----

3.6. Documentos previsionais da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia e da Fundação do Conservatório de Música da Maia;-----

3.7. Postura de trânsito a implementar na Rua de São Jerónimo, freguesia de Folgosa;----- --

3.8. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.. Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia – aprovação da delimitação pelos órgãos municipais competentes;-----

3.9. Contrato-Programa entre o Município da Maia e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.;-----

3.10. Prorrogação do prazo de liquidação da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou, seguidamente, a inclusão, e sendo essa sessão a última do ano de 2014, de dois novos pontos à ordem de trabalhos, a pedido da Câmara Municipal, os quais foram enviados via e-mail e seriam distribuídos na presente sessão em suporte papel. Informou também que, sendo as sessões públicas, segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, e não teriam direito a resposta na sessão. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que existindo documentos para votação, os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar. Deu nota do seguinte pedido de substituição: o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Milheirós, Laurindo Vítor Moutinho Fontes, fez-se representar pela Senhora Ana Luísa da Luz Barbara Fonseca, Tesoureira. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da ata como documento **um**. Verificadas as presenças, constatou-se as presenças de todos os Deputados.

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e um do Regimento da Assembleia Municipal;-----

-----Inscreveram-se os Senhores Deputados:-----

José Manuel Almeida Sampaio cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **dois**.

Hélder Ribeiro da Costa Pereira cumprimentou todos os presentes, leu o documento identificado com o número **três**.-----

Ana Maria Fernandes Leite cumprimentou todos os presentes, questionado de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre assuntos relacionados com três freguesias: a primeira dizia respeito à Freguesia de Nogueira e Silva Escura, particularmente, o abaixo-assinado dos moradores da Rua do Calvário, que tinha como objetivo a colocação de sinalética para imposição de sentido único nesta rua, para a construção de um passeio e a proibição de trânsito de veículos pesados - gostaria de saber se o Senhor Presidente tinha conhecimento do assunto e qual era o respetivo ponto de situação. A segunda situação tinha a ver com os acessos à Unidade de Saúde Familiar, em Moreira, questão aliás já levantada pelo PS em sessões anteriores; já alguns anos que esta Unidade de Saúde mudou de local mas continuava a faltar acessos adequados para os utentes se deslocarem à mesma. Era do conhecimento do PS que a Câmara Municipal tinha em sua posse um terreno que ligava a Rua Cruz das Guardéiras, mas era uma situação que prolongava-se no tempo e gostaria também de saber o ponto de situação, se de facto iria ser criada uma rua nesse terreno que permitisse a passagem de transportes públicos e de acessos mais adaptados às circunstâncias; a terceira questão prendia-se com a Freguesia de Pedrouços e a sua proximidade com o Pólo Universitário, sendo esta considerada pelo Partido Socialista como um fator potencial e alguns Concelhos que também eram favorecidos por esta proximidade, como o caso de Matosinhos e do Porto, nomeadamente as zonas de Paranhos e de São Mamede Infesta, tinham já projetos pensados para a fixação dos jovens nos seus Concelhos através da criação de incubadoras de empresas e de outros projetos estruturantes. Gostaria também de saber se estava pensada uma estratégia para a Freguesia de Pedrouços que visava a proximidade desta freguesia com o Pólo Universitário para a fixação dos jovens por via da criação de projetos mais adequados.-----

Cristiano Fernandes de Castro cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida a Moção identificado com o número **quatro**.-----

António Ferreira Neto Taveira cumprimentou todos os presentes, afirmando de seguida que o BE entregou na Mesa uma Moção idêntica à apresentada pela CDU, estando de acordo com os

considerandos e as propostas de decisão, sugerindo eventualmente a junção das duas moções, lendo de seguida o documento identificado com o número **cinco**.----- --

Adão Fernando Batista Bastos cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **seis**.----- --

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **sete**.----- --

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva prescindiu do uso da palavra.----- --

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, cumprimentou todos os presentes, dando de seguida como nota prévia aos Senhores Deputados, que no dia antecedente havia ocorrido uma reunião com o Presidente das Estradas de Portugal, Dr. António Ramalho, para se conseguir finalmente a Variante à EN14, numa via singular, com viadutos, desde o Jumbo até ao cruzamento da Carriça, sendo o lançamento do concurso previsto para dois mil e quinze. De seguida, respondeu às questões levantadas: relativamente à municipalização da educação, informou que o Governo falou com as Câmaras não endividadas, julgando que foram entre quinze a vinte câmaras que foram contactadas, nada estava ainda definido, porque apesar do assunto ainda não ter sido presente à reunião do Executivo Municipal, estando prevista a sua apresentação na altura da resolução final, reiterou que a Câmara Municipal não aceitará nada que seja contra as escolas, contra os professores e contra o ensino, já que o lema maiato era quando as escolas eram boas os meninos aprendiam melhor e os professores ensinavam melhor. Afirmou que as condições que estavam a ser dadas pelo Governo não eram as mesmas que no concelho existiam nas escolas básicas. Não dariam a manutenção que a Câmara queria, existindo ainda escolas com telhas em fibrocimento. A Câmara Municipal só aceitaria as escolas, a gestão dos professores, a gestão de pessoal docente, que são cerca de quinhentos, com um envelope financeiro subjacente já que para receber quinhentas pessoas era preciso ter uma equipa maior de profissionais, abrangendo áreas desde recursos humanos até contabilidade. Nada disto estava previsto e só quando tudo que estava a ser solicitado fosse benéfico quer para o concelho, quer para os professores e quer para os alunos, então levaria a reunião do executivo camarário. Tinha existido uma reunião, há cerca de três semanas, na



qual haviam ficado de dar alguma resposta sobre o que havia sido solicitado pela Câmara mas até à presente data não haviam obtido resposta. Informou ainda que a Senhora Vereadora da CDU, presente na sessão, tem sido um baluarte nesta defesa e de grande ajuda. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira, informou que não se tratava de municipalização mas sim transferência de competências. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Adão Fernando Batista Bastos sobre dois concursos distintos, informou que na Junta Metropolitana votou-se o adiamento do concurso da STCP porque não se aceitava despedimentos, nem diminuição de carreiras e queriam que os transportes fossem dignos e não velhos. Não se sabia o que iria ser feito pelo Governo. Sobre a Metro, a situação era idêntica, mas eram concursos distintos devendo ser feitos em separado. Esperava que este concurso fosse resolvido o mais rápido possível, informado que foi prorrogado o prazo até março de dois mil e quinze, esperando que até lá o concurso fosse lançado e que houvesse concorrentes para assumir a responsabilidade. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Hélder Tiago Ferreira Quinta de Oliveira sobre o ranking das escolas da Maia afirmou ser verdade que o concelho possuía boas escolas, bons professores e bons alunos, mas tudo isto era devido à qualidade das escolas, das pessoas e de tudo que a Câmara Municipal da Maia dava à comunidade escolar. Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Manuel Almeida Sampaio, acrescentou que a escola solidária, única na Área Metropolitana, também incluía os colégios privados. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Ana Maria Fernandes Leite, informou que em relação à Rua do Calvário, já várias pessoas haviam falado, inclusive numa reunião do executivo camarário, mas era uma rua muito estreita, sendo difícil a colocação de sinalética de sentido único, estando neste momento a ser alvo de estudo pelos Técnicos da Câmara Municipal; sobre o Centro de Saúde de Moreira e o acesso à Rua Cruz das Guardadeiras, informou que a Câmara não era a proprietária do terreno porque se assim fosse, o acesso já estaria feito há vários anos. O proprietário quer mais de quinhentos mil euros pelo mesmo, estando a Câmara a dialogar com ele e, caso não seja possível o consenso, teria de se seguir a via de expropriação. Informou também que havia sido feito um caminho pedonal de acesso ao Centro de Saúde; sobre a estratégia para fixar jovens na freguesia de Pedrouços, com a proximidade ao Pólo da Asprela, foram construídas habitações, mas dada a crise havia muitas

casas vagas (T3/T2), estando a Câmara a tentar alterar as tipologias para que lá fossem construídas habitações próprias para estudantes.-----

----- Posta à admissão a Moção “Contra a municipalização da Educação”, subscrita pela CDU, identificado com o número **quatro**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

João Veloso da Silva Torres cumprimentou todos os presentes, afirmando de seguida que a presente Moção tinha naturalmente pontos de contacto com a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e pelo que deduziu, a ideia passava pela fusão das duas. O Partido Socialista manifestava a sua posição sobre ambas as Moções já que era de todo relevante discutir a municipalização da educação já que era um sector absolutamente fundamental para o país. A educação não era apenas um dos elementos mais decisivos do Estado Social, sendo a escola pública ainda uma das grandes conquistas da Primeira República que a todos devia orgulhar, como se devia ainda assumir que a Educação tinha em si uma capacidade única de promover a mobilidade social e de ajudar a construir uma sociedade mais igual, onde a igualdade fosse de facto efetiva e pudesse ser ainda mais efetiva na sociedade portuguesa. Enunciou uma posição que lhe parecia muito clara: estando já habituados às reformas, poucas infelizmente, mas ainda assim todas elas negativas para o conjunto da sociedade, à trave mestra das reformas trazidas pelo Governo de direita. O PS não estava disponível para dar cobertura e ser conivente com uma reforma, que uma vez mais pretendia, de forma muito clara, ter como critério que presidia à sua ação, a lógica dos cortes, do enfraquecimento das relações laborais, de tornar mais opaco o processo de contratação de pessoal docente e, desse ponto de vista, a municipalização da educação, sendo um veículo para instituir esse conjunto de práticas, merecia a mais profunda discordância. Sempre que se falava da municipalização de alguns serviços, sendo óbvio que nalgumas matérias era positivo, no que dizia respeito a economias de escala, a fatores de proximidade que eram incutidos no processo decisório político, podendo ser até benéficas para a população, todas essas descentralizações não eram necessariamente válidas para a educação. Enquanto cidadão, defendia que devia haver uma matriz comum para a educação na nossa República. E embora ainda estivesse por descobrir aqueles que eram os contornos específicos destes contratos inter-administrativos de delegação de competências, sem saber exatamente do que se estava a falar, tinha as maiores reservas

no que dizia respeito à atribuição de graus de autonomia ao poder local e de intervir em matérias como educação pedagógica e a gestão curricular. A mesma podia fazer sentido dentro de determinados parâmetros, mas não podia ser uma verdade absoluta no que dizia respeito à intervenção das câmaras municipais. Salientou que o PS jamais concordaria que a gestão curricular do ensino básico e secundário pudesse ser uma responsabilidade exclusiva das autarquias e do poder local no nosso país; ainda no tempo do Partido Socialista, quando foi proposto às câmaras municipais que gerissem o parque escolar do ensino básico através do protocolo de transferência de competências, alertou para a necessidade de, enquanto país, haver um sentido muito claro sobre o modelo de administração e gestão dos recursos com os quais queriam construir o futuro e, no Partido Socialista defendia-se a criação das regiões administrativas. Não obstante a municipalização de alguns sectores puder ser positiva, perante um quadro muito claro e muito concreto, não parecia fazer sentido entrar num frenesim de municipalização, porque se tivessem sido criadas as regiões administrativas, muitas das competências que passariam para a esfera municipal poderiam e deveriam ser transferidas para a esfera regional e, se isso acontecesse, era claramente uma demonstração de que havia um intuito economicista e de financialização na proposta do Governo. Preocupava também o Partido Socialista a possibilidade de estar encapotada a implantação do cheque ensino no nosso país, também através destes contratos inter-administrativos de delegação de competências, porque o cheque ensino que, muitas vezes, era vendido como uma grande mais-valia para a generalidade das famílias portuguesas, não era mais de que uma ilusão e criava uma ilusão de falsa liberdade no que dizia respeito à escolha do estabelecimento de ensino onde cada família pretendia que os seus filhos frequentassem. Em relação às moções apresentadas nessa sessão, havia uma com a qual concordavam na sua generalidade, que era a do Bloco de Esquerda e quanto à Moção da CDU, precisamente no seu primeiro ponto que se referia à não aceitação de quaisquer responsabilidades neste e em qualquer outro processo que tivesse como objetivo a delegação de competências, o PS tinha algumas dúvidas porque parecia que qualquer outro processo de descentralização e delegação de competências, mesmo na área da educação, dentro de determinados parâmetros, de contornos amplamente conhecidos do público, pudesse ser positiva e como tal, a tendência de voto para ambas as moções era votar favoravelmente a do Bloco de Esquerda

e abstenção na Moção da CDU, apenas pela reserva já evidenciada, a qual podia carecer de uma avaliação e de reponderação.-----

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira usou da palavra para e relativamente às duas moções apresentadas, dizer que a Coligação “Sempre pela Maia” não podia votar favoravelmente porque consideravam que ambas eram desajustadas. Como já havia sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a medida do Governo não visava a municipalização do ensino mas sim uma descentralização de competências e mesmo essa, não era feita a qualquer custo. Seria um processo negociável e a autarquia maiata, tendo também reunidas condições nomeadamente de equilíbrio financeiro, era elegível para este projeto piloto que o Governo estava a tentar implementar, impôs um conjunto de condições que aguardavam resposta do Governo. Por outro lado, as comunidades educativas também eram ouvidas nomeadamente através dos seus Conselhos Gerais. Para esta descentralização de competências não se podia descurar o respetivo envelope financeiro que era um aspeto fundamental. Mais afirmou que a moção suscitava um debate mais amplo, implicando falar também de uma reforma do Estado e de como eram vistas as competências em termos de educação e à partida, em termos de municipalização, a Coligação “Sempre pela Maia” não tinha nenhum preconceito e não recusava linearmente o termo municipalização do ensino. Era algo que tinha que ser discutido, porque de facto como estava agora, referindo o processo de contratação e colocação de professores, de gestão pedagógica centralizada, não estava bem. Descentralizar e promover a autonomia das escolas era urgente neste contexto, com o devido envelope financeiro e nesse sentido, eram as comunidades locais e, eventualmente, no futuro, as comunidades regionais que tinham mais capacidade e aptidão para perceber as necessidades das comunidades educativas e, dessa forma, criar projetos educativos diferenciadores, por forma a suscitar e promover o sucesso educativo dos alunos e dar respostas específicas a essa situação. Por outro lado, a colocação de professores era fundamental ser repensada, nomeadamente a sua descentralização, dando mais garantias de estabilidade profissional e premiando o mérito, pois no atual sistema, vinte anos de mau professor sobrepunha-se a cinco anos de bom professor. Era também necessário enquadrar e encontrar respostas que promovessem uma maior autonomia pedagógica dos professores e o debate curricular teria que ter



uma matriz nacional mas também teria que haver espaço para uma intervenção local e das comunidades locais na definição desse projeto educativo.----- - -

António Ferreira Neto Taveira usou a palavra para dizer que este assunto levaria a um debate mais profundo, salientando que se revia nalgumas questões levantadas pelo Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, que eram essenciais: o que era a descentralização de competências – ninguém era contra - mas estava a falar-se, eventualmente, de um processo sem se saber os contornos do projeto piloto, o que visava e o que estava em causa, o que se pretendia da escola e do ensino público para o futuro, se se queria um ensino com profundas assimetrias, desigualdades, quem definia e até qual era o conceito de mérito. Por outro lado, colocar a colocação de professores no cerne desta discussão “levar-nos-ia mais longe” porque há houve períodos em que a colocação de professores foi nacional e não houve problemas como nesse ano. A colocação de professores, na sua opinião, teria que respeitar dois princípios fundamentais: o princípio da igualdade e da equidade. A sua descentralização e municipalização levaria a que professores em situações iguais sejam colocados de forma diferente, em função da cor dos olhos e da cor política. O estava em causa era o ataque à escola pública e ao respeito plural pelos professores, não sendo nem a descentralização nem a municipalização a resolver o problema da colocação de professores. Primeiro, teria que se resolver corretamente o problema da colocação dos professores, discutindo o que correu mal neste ano e quais os responsáveis, políticos e não só. Tudo isto levaria a um debate para discutir o que se pretendia hoje e para o futuro da escola pública e o que se queria da atual realidade que estávamos a ser confrontados. O que estava a tentar fazer era, de uma forma paulatina, colocar, a médio prazo, a questão da privatização do ensino e criar um ensino desigual, para ricos e para pobres, diferenciado de região para região. Afirmou ainda que os professores tinham muita qualidade, apesar dos anos de ensino, e muitos dos que andavam hoje no ensino público, andaram a estudar cinco anos mais estágio e foram alvo de muitas exigências. Havia professores a lecionar que o curso foi apenas de três anos, colocados com notas inflacionadas, concorriam para escolas públicas que eram altamente exigentes, nomeadamente na área da Faculdade de Letras do Porto, em que aos professores que eram colocados, eram-lhes exigidos um grau de qualificação muita elevada, comparativamente com escolas privadas, sendo este tema também passível

de discussão. Finalizou, sugerindo que fosse retirada a moção do Bloco de Esquerda, desde que a CDU estivesse de acordo em integrar os itens de decisão da moção do BE, com a disponibilidade de retirar: “Rejeitar qualquer alteração da configuração da Escola Pública no concelho da Maia”, no sentido de se tentar consensualizar a maior abrangência do sentido de voto favorável, e “Manifestar a sua discordância à municipalização do ensino”. Também foi sugerido, porque até estando de acordo com a preocupação do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres em relação à moção da CDU, e para que houvesse uma possibilidade de votação mais consensual possível, que a CDU aceitasse também retirar no seu primeiro item de decisão “...e em qualquer outro”. Se a CDU aceitasse estas propostas, o BE retiraria a Moção apresentada e votaria favoravelmente a moção da CDU.-----

Cristiano Fernandes de Castro assegurou que seria entregue na Mesa um texto coeso e concretizado das duas moções apresentadas. Afirmou ainda a concordância da CDU e realçou que este era alvo de um debate mais profundo do que o tempo permitia, mas até por isso mesmo, mais força acreditavam que ganhava esta Moção, porque não havia debate sobre este assunto. O debate existente era enviesado e eram desconhecedores do que se passava; o que se conhecia era através de notícias laterais e de declarações de pessoas. Este assunto tinha implicação enorme no futuro dos alunos, dos docentes, dos profissionais e do público em geral mas não havia debate; havia apenas documentos introdutórios, havia o passado, e o presente era algo que sabiam e que, qualquer dia, cairia como uma bomba, já aprovado e concretizado. Finalizou, afirmando que eram favoráveis às propostas de alteração apresentadas pelo BE.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes, face à intervenção do Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira, salientou que a Moção apresentada pelo BE era retirada e solicitou a entrega da Mesa da nova Moção, com as alterações referidas.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva cumprimentou os presentes, afirmando que o trabalho da junção das duas moções teria sido mais facilitado se as mesmas tivessem sido articuladas com os restantes líderes parlamentares, em sede de reunião de líderes. O Grupo Parlamentar da Coligação votaria contra qualquer moção que dissesse contra a municipalização da educação, e já que estavam no “corte e cose” se não cortassem o “contra a municipalização da educação” a Coligação votaria contra.

Afirmou também que este seria o sentido de voto do Partido Socialista já que o Senhor Eng.º José Sócrates, enquanto Primeiro-Ministro, foi protagonista dum processo de municipalização da educação que teve na Maia o seu caso embrionário, que foi apoiado e subscrito. Assim, “Contra a municipalização da Educação” não era moção que a Coligação pudesse votar ou aprovar nesta Assembleia Municipal; aceitariam aprovar qualquer moção que dissesse, subscrevendo quase todos os considerandos da CDU, que a Assembleia Municipal reunida hoje, por proposta da CDU, que o Executivo Municipal disponibilizasse todos os documentos de que dispunha deste processo a todos aqueles que nele eram diretamente visados e ao público em geral e que divulgasse, o mais rapidamente possível, a sua posição face a este processo, que recomendasse que o Conselho Municipal da Educação da Maia promovesse um amplo debate com a participação de toda a comunidade escolar. Se a junção fosse neste sentido, a Coligação teria muito gosto em aprovar, desde que o título não fosse, obviamente, “Contra a Municipalização”; os considerandos da moção da CDU estavam quase todos muito bem com a exceção do “coeficiente de eficiência” de 13 594,71 Euros/ano, tendo sido afirmado que havia um desconhecimento e secretismo, sendo assim complicado aprovar moções que objetivam questões que lhe eram a ele próprio desconhecidas.-----

Cristiano Fernandes de Castro leu a versão final da Moção a ser aprovada.-----

António Ferreira Neto Taveira usou a palavra quando salientar que quando o BE retirou a proposta, retirou também a questão relativa à municipalização da educação, sugerindo que a Moção fosse votada com a retirada do título e que a CDU aceitasse, permitindo assim, e na sua opinião, o consenso nesta Assembleia Municipal.-----

João Veloso da Silva Torres usou a palavra para afirmar que se encontrava totalmente delicidado, porque tendo o Líder da Bancada da Coligação manifestado a sua vontade de que as moções fossem discutidas em reunião de líderes, no sentido de serem o mais consensualizadas, veio esgrimir uma argumentação original de que era contra o título da Moção. Achava extraordinário e por isso sugeria ao BE e à CDU que tivessem como título “Municipalização da Educação” no sentido de atender que este era o tema fundamental e para que os Senhores Deputados da Coligação, mantendo a sua palavra, pudessem votar favoravelmente.-----

Cristiano Fernandes de Castro usou a palavra para afirmar que a Bancada da CDU concordava com a alteração ou retirada do título, com o intuito de uniformizar a Moção, mas optaria pela retirada da palavra “contra”.

Posta à votação a Moção, foi a mesma aprovada por **maioria, com quarenta e dois (42) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do Partido Socialista, da CDU, do BE e do Movimento Independentes por Vila Nova da Telha e um (1) voto contra do Partido dos Animais e da Natureza.**

Hélder da Costa Pereira Ribeiro apresentou Declaração de Voto que visava dar uma nota daquelas pessoas que conjugavam da opinião de que de facto a política, tal como estava instituída, devia mudar. A mudança deveria ser no sentido de que se “falava, falava e falava ainda mais” e não se dizia nada e pouco se fazia. Isto era de facto o que mais dilacerava o comum dos cidadãos. O que se tinha vindo a assistir ao longo destes quarenta anos, por um lado “eu queria o teu lugar, por outro não concordava”, “deitavam abaixo” e iam lutar. Esta metodologia não tinha dado efeito; eram esquemas, truques e negócios, a corrupção, e isto era de facto dilacerante, era verdadeiramente uma tristeza, apelando a que isto fosse superado, que se desse o primeiro passo e que estivessem disponíveis, porque neste caso havia uma maioria que governava este Concelho, bem ou mal, melhor ou pior, mas era esta que governava, questionando, de seguida, o porquê de darem todos o contributo, sem querer mostrar protagonismo da “clubite”, tendo a maioria nas bancadas Vereadores no Executivo Municipal, e depois de ouvir os testemunhos do Senhor Presidente da Câmara Municipal corroborado por um comportamento não-verbal por uma Senhora Vereadora de que havia concurso no mesmo sentido de preservar a educação e de fazer o melhor que se sabia neste município. Para quê colocarem-se em “bicos de pés” para que ficasse sinalizado na intemporalidade do tempo, apesar de efémera, de que “na nossa rua havia um buraco e esse buraco havia um grilo a cantar e o seu canto estava a incomodar”.
Porque não havia cooperação?

2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e dois do Regimento da Assembleia Municipal;

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor João Couto Lopes, residente na Rua A, n.º trinta e três, na freguesia de Vila Nova da Telha, que interveio para falar sobre a iluminação na Estação Lidador, a passagem para o Centro de Saúde e contentores do lixo, conforme documento identificado com o número **oito**.

3. Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs sete e oito barra dois mil e catorze.

Pedro Miguel Neves Ferreira solicitou a aprovação em separado.

A ata n.º sete barra dois mil e catorze foi **aprovada por maioria, com cinco (5) abstenções**, sendo estas dos Senhores Deputados ausentes na sessão.

A ata n.º oito barra dois mil e catorze foi **aprovada por maioria, com duas abstenções (2) abstenções**, sendo estas dos Senhores Deputados ausentes na sessão.

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º dois do artigo quinto do Regimento e alínea c) do n.º dois do artigo vinte e cinco da Lei n.º setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro), documento identificado com o número nove:

Ninguém se pronunciou.

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e quinze:

---- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores:

Silvestre Santos Gomes Pereira leu o documento identificado com o número **dez**.

Joaquim Silva Azevedo Sousa leu o documento identificado com o número **onze**.

Pedro Miguel Neves Ferreira leu o documento identificado com o número **doze**.

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha cumprimentou todos os presentes, referindo que num orçamento conseguia-se, desde logo, ver o que se intencionava fazer, durante um determinado período e por lado tinha-se a certeza daquilo que não se pensava fazer. O Executivo PSD, neste documento previsional, indicava o que pretendia fazer, e que seria constatado se foi feito ou não aquando da aprovação do respetivo Relatório de Contas, e limitava-se a gestão corrente, pagamento de dívida ação social, que

efetivamente era uma das grandes áreas que tinha que trabalhar. O Partido Socialista, já há muito tempo, afirmava que estava a favor da área social e as verbas para esta área era o grande *in foco* deste orçamento. Visava também a requalificação da habitação - um direito constitucional -, mas a habitação chegou a uma situação que não tinha, em alguns casos, a dignidade suficiente para estar a ser habitada e era por isso que havia uma grande necessidade de dizer que “vamos fazer algo que já devia ter sido feito”. Salientou que o grande *in foco* do documento era a gestão corrente, pagamento de dívida que foi criada pelo mesmo partido que geria esta Câmara Municipal, não tendo sido o Partido Socialista, e sendo assim tinha que a pagar. Com este documento, ficava-se a saber também o que não iria ser feito, dado que não estava contemplado: investimento nem captação de investimento para o município, com a conseqüente criação de emprego. Deu como exemplo, aliás já dado noutras sessões, com a isenção da derrama para empresas que não estivessem sediadas no concelho maiato, mas que aqui quisessem fixar a sua sede, com a criação de postos de trabalho e a conseqüente manutenção, considerando que isto era um sinal dado para a sociedade, de querer captar investimento para o concelho da Maia, não prejudicando em nada as contas municipais. Estas empresas ainda aqui não estavam, não contribuindo em nada para o município, e se viessem, criariam postos de trabalho que iriam gerar o pagamento de salários. Se fossem residentes na Maia, o respetivo IRS iria contribuir com os cinco por cento que foi aprovado em participação variável do IRS para os cofres municipais. Os trabalhadores que agora não tinham trabalho, e que poderiam ser empregados dessas empresas, iriam gastar o seu salário no município maiato, beneficiando o comércio local. Isto só traria vantagens e nenhuma desvantagem. Realçou que, em dois mil e quinze, não iria haver investimento no concelho da Maia nem havia políticas que dissessem para a sociedade que se queria captar investimento.-----

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça leu o documento identificado com o número **treze**.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva usou a palavra, começando por afirmar que já longe ia o tempo em que a análise do Plano de Atividades era o ponto “alto” da atividade autárquica daqueles que compunham a Assembleia Municipal. Iniciou a sua intervenção com esta introdução por força das medidas legislativas levadas a cabo pelo Governo da República. Este instrumento de trabalho era cada vez menos um instrumento político e cada vez mais um instrumento contabilístico. Esta modalidade



merecia de sua parte, discordância. O orçamento presente para aprovação era o orçamento que a lei permitia que houvesse. Após esta curta introdução, queria dizer que leu atentamente as opiniões expressas por duas das forças políticas representadas não só nesta Assembleia como também na Câmara Municipal, e por incrível que parecesse, inclusive aos próprios, atrever-se-ia a subscrever a declaração de voto da CDU e sabia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordava praticamente com tudo que foi referido pela CDU. Mas depois apareciam as divergências que assentavam em questões tão estruturais que não podia deixar de referir, com alguma tristeza, que verificou que os argumentos esgrimidos em sede de Executivo Municipal, apenas na sua opinião, foram muito mais bem esgrimidos do que foi ouvido por parte dos alguns dos Senhores Deputados Municipais que representavam essas forças políticas. Era-lhe particularmente difícil ouvir do púlpito, confundir despesas de capital com despesas, com capitais para serviço da dívida. Era-lhe particularmente incrível ainda ouvir falar de investimento do orçamento do Município e falar em postos de trabalho, sendo surreal que ainda houvesse no nosso país, nos dias de hoje, quem fizesse uma correlação direta entre investimento público e emprego. Verificava também que havia alguns Senhores Deputados que achavam que o Município da Maia, se tivesse um grau de investimento mais elevado, estaria a criar emprego. Atentando a este orçamento, afirmou que este era uma parte do orçamento do Município, era uma parte significativa desse orçamento mas não deixava de ser uma parte. A Oposição, designadamente o Partido Socialista, a CDU e o Bloco de Esquerda deviam aplaudir as medidas do Governo que, numa ótica de "saciar" a independência dos municípios, os obrigava a orçar desta forma, nomeadamente no que dizia respeito à receita e despesas de capital. O Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, que o havia ouvido durante vários anos a dizer que o orçamento municipal empolava receitas de capital como se dissesse que pretendia alienar bens que não tinha, deveria estar particularmente grato ao Primeiro-Ministro, ao anterior Ministro das Finanças e à atual pela forma como, sarciano a liberdade de escolha, a autonomia de gestão, obrigava a orçar as despesas de capital com base no capital nas despesas executadas nos últimos três anos. Este orçamento era feito mais com base na média ponderada de aquilo que aconteceu do que naquilo que se queria que acontecesse, que não sendo nada de novo, para a Oposição era nada. Ouviu também dizer

que as funções sociais absorviam uma parte muito significativamente deste orçamento. Tal era verdade e ainda bem que assim era. Dizer que este município não tinha investimento quando previa um investimento próximo aos vinte milhões de euros, referindo que esta previsão era feita e que não estava orçada em nenhum financiamento pela via bancária pelo município, era uma coragem que tinha que ser realçada. Vir pedir a diminuição dos impostos como faziam, vir pedir reduções de IMI, de derrama e depois vir dizer que o orçamento encolhia e que estava dependente dos impostos diretos, era algo que, do ponto de vista contabilístico, esta discussão não existia. Era dito que o orçamento do município incidia nos impostos diretos, questionando então qual seria a solução. Estava nos diretos ou nos indiretos? Os indiretos do município eram, quando fossem significativos, decorrentes das taxas arrecadadas pela construção imobiliária, questionando se haveria no país, neste exercício e nos próximos dez anos, algum município, que não tendo cariz histórico, iria ter as taxas que já teve no passado. Tal era impossível. Não havia nem haveria no futuro novamente um mercado imobiliário que transformasse as taxas dos impostos indiretos em rubrica equiparável ao peso dos impostos diretos. Assim sendo e era-lhe desconhecido mais fontes de receitas para o município, sobravam as receitas de capital que só existiam por duas vias: transferências do Estado para investimento – que também não iriam existir mesmo que o atual Presidente da Câmara de Lisboa alguma vez chegasse a Primeiro-Ministro – ou alienação de ativos que a Maia podia fazer, porque os tinha. Sendo este o cenário, não percebia como a Oposição argumentava que queria diminuir impostos, que não podia haver receitas de capital e que sempre foram empoladas e que o orçamento encolhia quando devia aumentar. Era um exercício impossível e foi isso que alguns dos Senhores Deputados quiseram fazer. Afirmou que gostaria que lhe fosse dito como ao diminuir impostos como foi feito, não lançando receitas de capital, se aumentava o valor absoluto do orçamento; gostaria de saber como ao subtrair se obtinha mais. Quando a Oposição responder, acreditava que estariam em condições de governar a Câmara Municipal da Maia. Enquanto a Oposição continuar a dizer o mesmo, era, com alguma tristeza e duma enorme tranquilidade, que sabia que não tinham ainda apreendido a realidade no município, não perceberam a orgânica da atividade autárquica, estariam muito longe para assumir responsabilidades de gestão autárquica na Maia. Finalizou, afirmando que o Município tinha vindo, com alguma tranquilidade, a

proceder a uma substancial diminuição da dívida de curto prazo, sendo já inexistente, e muito paulatina, a fazer uma diminuição significativa da sua dívida de médio e longo prazo. Esta diminuição de dívida começou a ser feita na Maia, *a priori* das restrições impostas por este Governo que veio transformar em obrigatório aquilo que o Executivo Municipal já tinha definido como estratégico. Afirmou que, quando ouvia do púlpito afirmações que a Câmara da Maia estava a pagar a dívida e que não fazia mais do que a obrigação já que tinha sido a própria Câmara a fazer a dívida, e apesar de concordar, achava estranho que as mesmas forças políticas, face à Nação, diziam que a dívida não era para pagar, era para reestruturar. A da Maia era para pagar e seria paga. A única diferença era que entre a Câmara Municipal e o Governo da Nação era que a Câmara tinha vindo a diminuí-la significativamente sem que no Município houvesse ninguém, com exceção de meia dúzia de políticos, que reclamavam e se sentiam incomodados com essa atividade. Exceção feita aos funcionários da autarquia que sofreram na pele tudo o que sofreram os funcionários públicos, e sofreram porque este município cumpria a lei. Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para afirmar que sabia que a atividade do município ia muito mais para além do documento presente; sabia também que aqueles que se aproveitavam dos constrangimentos orçamentais impostos pelo Governo do PSD para acusarem o município maiata de falta de estratégia, não tinham rigorosamente mais nada do que falta de visão. O Senhor Presidente da Câmara Municipal estava de parabéns pela forma como tinha vindo a conduzir o município e de como, para o difícil ano de dois mil e quinze, havia várias incertezas e vários problemas, decidiu continuar a investir em duas áreas importantes, pelo menos para aqueles que eram chamados de conservadora de direita, na educação e na habitação social. Finalizou, cumprimentando o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, pela sua eleição como Secretário-geral da Juventude Socialista e pelo slogan escolhido na sua candidatura cuja fonte foi muito saudável.----- --

João Veloso da Silva Torres usou a palavra para agradecer as palavras do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, e como era sua obrigação defendia uma posição diferente relativa ao Orçamento Previsional de dois mil e quinze da autarquia maiata. Começou por dizer que o Senhor Deputado, talvez por apenas concentrar a sua atenção aos títulos dos textos e, porventura, só ouviria as primeiras frases das intervenções políticas porque não teria ouvido, com toda a certeza, todo

o teor da intervenção do Partido Socialista, na pessoa do Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, e reduziu-a a um conjunto de sofismas que nada tinham a ver com aquela que foi a posição do PS. Afirmou ainda, com todo o respeito, que ambas as intervenções refletiram aquilo que ele próprio considerava mais perigoso na política: o fundamentalismo e a tecnocracia. O fundamentalismo porque o Senhor Deputado António Fernando de Oliveira e Silva falou de surrealidade do investimento público como uma condição necessária para a criação de emprego e de postos de trabalho. O investimento público não era nenhuma surrealidade para criar postos de trabalho em qualquer lado; o investimento público era uma condição necessária e imprescindível para que se pudesse recuperar uma trajetória de crescimento económico. Salientou que ao trazer-se para esta Assembleia dogmas de pensamento único que, claramente, não estavam sincronizados com aquelas que eram as necessidades do país e dos cidadãos maiatos era algo que era surreal. A tecnocracia porque as intervenções da Coligação apenas visavam números mas não era só de números que viviam as pessoas. A visão redutora de se falar apenas e exclusivamente, algo que o Partido Socialista não fez, de investimento, de despesa de capital, de serviço de dívida, não chegava para fazer face aos problemas dos cidadãos maiatos. Questionou o que era a política sem a divergência e a discordância. A política era a opinião controversa/diversa e dizer que um orçamento era cada vez mais um instrumento contabilístico e cada vez menos um instrumento político era algo que podia, parcialmente, concordar, mas apresentar um orçamento como o único possível para a Maia, como se não houvesse uma margem decisória política para que fossem priorizadas outras missões por parte da Autarquia para dois mil e quinze, era algo que o Partido Socialista não aceitava. Este orçamento era um orçamento com falta de ambição para o concelho maiato, que não correspondia àqueles que eram os problemas fundamentais das famílias, dos agentes económicos e que não podia ser analisado de forma desassociada daquelas que foram as propostas políticas votadas na última Assembleia Municipal, no que dizia respeito a taxas e a impostos, nomeadamente a fixação da comparticipação variável de IRS que era fixada pelo Município. Não se podia distinguir o que era o Plano de Orçamento do restante plano decisório quer da Assembleia quer da Câmara Municipal. O orçamento também era um documento de balanço, não era só mas também tinha essa dimensão política. Faltavam investimentos fiscais e económicos no

Município para que fossem criados mais postos de trabalhos; faltava um pouco de ~~arrisco~~, de criatividade (mas hoje já nem de criatividade se tratava); faltavam instrumentos para fomentar a consciência crítica e cidadã dos maiatos, no sentido de puderem ter uma palavra decisiva na forma como eram alocados os recursos. A Maia era um dos poucos municípios deste país que se diziam mais vanguardistas, com orçamentos mais substantivos, que não tinha um orçamento participativo e muito menos um orçamento participativo jovem. Na Maia, a regeneração urbana não era tão prioritária como noutros concelhos que tinham uma matriz histórica, distinta do concelho da Maia, mas era importante. Questionou como poderiam acreditar no investimento na habitação social e na reabilitação urbana se ao longo destes últimos anos, nada havia sido feito de concreto, de acordo com aquelas que tinham sido as propostas da Coligação para fazer face a problemas nos bairros sociais, como por exemplo o Bairro do Sobreiro; quantos malabarismos políticos a Maioria já não havia feito no que dizia respeito a este mesmo bairro e a outros bairros. Se pretendiam que fosse dado o benefício da dúvida, esse benefício, com muito orgulho, não seria dado por coerência e tinha havido muitas falhas. A mobilidade era também uma questão fundamental do concelho da Maia, onde era manifestado os problemas mais quotidianos dos cidadãos e muito particularmente dos jovens. Questionou novamente se a Maioria tinha algo a dizer sobre a mobilidade em dois mil e quinze, não obstante estarem a ser discutidas propostas importantes para a gestão da STCP e da Metro do Porto. Nada era dito, não só no presente como desde há muitos anos, sobre a mobilidade no concelho maiato, tendo conseguido apenas extinguir-se uma empresa que existia para servir melhor a população e nunca houve vontade política para melhor servir os cidadãos. Era verdade que havia um investimento maior em funções sociais, que seria devidamente acompanhado, mas não era suficiente para se fazer um balanço positivo daquela que era a prestação política da Maioria e da que julgavam poder vir a ser. A Maia, comparativamente com outros municípios, e o Partido Socialista sempre fez este reconhecimento, tinha menos debilidades e carências no ponto de vista da infraestruturização do concelho. Mas o que hoje era exigido a uma Câmara Municipal, ao poder local era que fosse capaz de valorizar a construção imaterial dos territórios e era na valorização imaterial dos mesmos que a Maioria falhava, não obstante ser também importante concluir alguns investimentos e empreender outros que ainda

faziam muita falta ao concelho. Estratégias de marketing territorial e valorização de recursos locais eram quase nulas no concelho. Salientou que havia uma visão muito clara e diferencial entre o Partido Socialista e as forças da Maioria que viviam felizes e alegres com o passado e o Partido Socialista estava simplesmente a cumprir o papel para assegurar um futuro melhor,-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva usou a palavra para afirmar que teria sido dispensada a sua intervenção se o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres tivesse intervindo antes dele e ter feito o que acabou de fazer, que se enquadrava com a declaração de voto do Partido Socialista na Câmara Municipal à qual afirmou que, eventualmente, concordaria com alguns itens. Ouvia o Partido Socialista falar de orçamentos do município maiato há muitos, mas muitos anos, e honra fosse feita ao Senhor Deputado Luís Rothes que já cá não estava, que introduziu uma discussão chamada “orçamento participativo”, e em abono da verdade, era a única medida concreta e objetiva, mas sem estar objetivada, apresentada pelo PS, ao longo dos anos. Hoje, na sua intervenção, o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres apresentou uma área: a juventude. Reteria essa proposta e tentaria ajudar a construir esse orçamento participativo. Relativamente à mobilidade, algo também explanado na declaração de voto, afirmou que era uma matéria muito importante e tal como referido, a Maia tinha criado uma empresa, entretanto extinguida, que tinha uma utilização que fazia parte da história do Município, mas era um atentado para o erário público: havia carreiras que o município sustentou durante vários anos, que tinha, por dia, apenas quatro passageiros. Contrariamente ao que foi dito, a Maioria fazia uma gestão autárquica imaginativa, criativa, pioneira, onde se conseguia, há longo tempo, através de intangíveis, granjear uma posição cimeira nos municípios portugueses. Apesar de compreender ser dito que não era verdade, reafirmou que era a realidade do município e, infelizmente para todos, o instrumento que estava a ser votado, era cada vez menos o documento que permitia que quem estivesse no poder, apresentasse às restantes forças políticas e até ao povo da Maia, as grandes linhas orientadoras para o município, afirmando que, com tristeza, que o orçamento e o plano de atividades devia de facto ser a Bíblia da gestão autárquica. Hoje não o era e tendia a ser cada vez menos.-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes,

pediu a palavra para responder ao Senhor Deputado Joaquim Silva Azevedo Sousa que a Rua da Fábrica e a Rua Alberto Campos Costa Maia iriam ser alvo de intervenção pelos Serviços Municipalizados, dentro em breve; sobre a cobertura do Polidesportivo do Lidador, e apesar de estar inscrito numa rubrica global no plano de atividades, iria ser alvo de estudo para ver se a cobertura seria feita pela ANA por causa da altura, já que estavam a ser muito rigorosos. Sobre as outras intervenções, realçou que o documento lido não era igual ao que ele próprio tinha: estava tudo mal e parecia que não viviam na Maia. Lembrou aos Senhores Deputados que, de acordo com o INE, a Maia era uma referência no parque escolar; o desemprego era o menor na Área Metropolitana; a Maia era o terceiro exportador no Norte do país e o sétimo a nível nacional; a Maia tinha mais de trinta mil empresas sediadas no concelho; na Maia reciclava-se cerca de trinta e cinco por cento dos resíduos sólidos - algo que ninguém fazia em Portugal -; na Maia a receita das empresas maiatas exportadoras representava quatro por cento do PIB; na Maia o movimento pendular era positivo, ou seja deslocavam-se mais pessoas para a Maia do que da Maia para os outros concelhos; a Maia era o terceiro consumidor de energia elétrica a nível nacional; na Maia a natalidade era positiva, todos os dias tinha-se cinco mil jovens a praticar desporto no concelho. Sobre a mobilidade, referiu que era verdade o que tinha sido proferido pelo Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, mas também deveria saber que havia concessões e enquanto a Autoridade Metropolitana dos Transportes não estivesse a funcionar, ele próprio não tinha nem poder nem autoridade para colocar qualquer rede a trabalhar para o transporte público. Esperava que em breve o Governo definisse essa Autoridade, para o qual a Vereadora do Partido Socialista tinha sido eleita para vogal, para poder ser feita a rede de transportes. Aproveitou também para endereçar votos de parabéns pela recente eleição.----- --

---- Posta à votação a proposta de “Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e quinze”, foi a mesma aprovada **por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e pelo Movimento Independentes por Vila Nova da Telha, quinze (15) votos contra do PS, da CDU, do Bloco de Esquerda e uma (1) abstenção do Partido dos Animais e da Natureza.**-----

3.4. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de dois e quinze a dois mil e dezoito e Orçamento para o ano de dois mil e quinze dos Serviços Municipalizados da Maia;-----

---- Posta à votação a proposta de “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de dois e quinze a dois mil e dezoito e Orçamento para o ano de dois mil e quinze dos Serviços Municipalizados da Maia”, foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três (33) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, da CDU, do Bloco de Esquerda, do Partido dos Animais e da Natureza e pelo Movimento Independentes por Vila Nova da Telha e dez (10) abstenções do PS.

3.5. Abertura concurso público para adjudicação do “Fornecimento de casca de pinho para a compostagem de lamas da Etar de Parada”, pelo período de dois anos” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----

---- Posta à votação a proposta de “Abertura concurso público para adjudicação do “Fornecimento de casca de pinho para a compostagem de lamas da Etar de Parada”, pelo período de dois anos” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.6. Documentos previsionais da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia e da Fundação do Conservatório de Música da Maia;-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.7. Postura de trânsito a implementar na Rua de São Jerónimo, freguesia de Folgosa;-----

---- Posta à votação a proposta de “Postura de trânsito a implementar na Rua de São Jerónimo, freguesia de Folgosa”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.8. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.. Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia – aprovação da delimitação pelos órgãos municipais competentes;-----

---- Posta à votação a proposta de “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.. Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia – aprovação da delimitação pelos órgãos municipais competentes”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.9. Contrato-Programa entre o Município da Maia e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.;-----

---- Posta à votação a proposta de “Contrato-Programa entre o Município da Maia e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.10. Prorrogação do prazo de liquidação da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

---- E sendo zero horas e trintas minutos do dia onze de dezembro do corrente ano, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: _____ 

A 1.ª Secretária: _____ 

A 2.ª Secretária: _____ 

Exmo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Sr. Luciano Silva Gomes
Praça Prof. Dr. José Vieira de Carvalho
4470-202 MAIA

10/12/14
[Handwritten signature]

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		OF-199/2014	09/12/2014
Assunto:	Comunicação de Substituição Alínea c) do n.º 1 art. 18º da Lei 75/2013		

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós e representante da mesma nesse Órgão Municipal, venho por este meio e conforme o estipulado na alínea c) do n.º 1 do art. 18º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, comunicar que por impossibilidade de estar presente na sessão do dia 10 de Dezembro, me faço representar pela minha substituta legal, a tesoureira da Junta, Sr.ª Ana Luísa da Luz Barbara Fonseca.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,



Laurindo Vítor Moutinho Fontes

"SEMPRE PELA MAIA" 2014
José Manuel Almeida Sampaio

Exmo. Senhor Presidente Assembleia

Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor Presidente Câmara

Exmos. Senhores Vereadores

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras

Meus Senhores



Nas últimas décadas, uma boa parte da sociedade Portuguesa, e por conseguinte também uma boa parte da sociedade Maiaita, evoluiu **estruturalmente**, para uma tendência menos positiva.

Analisando todos os aspetos inerentes a esta tendência, à luz dos dados estatísticos do INE de 2013, e perante uma realidade que nos é constatada diariamente, a estrutura familiar tradicional a que outrora nos habituamos tem sofrido fortes e profundas alterações estruturais.

Questões que se levantam à luz das incompatibilidades de feitos, do desequilíbrio na atribuição das divisões de tarefas, os problemas económicos, a falta de diálogo, as constantes discussões, a falta de trabalho e até o excesso de horas laborais, são muitas vezes a causa do aumento significativo dos casos de divórcio, por vezes litigiosos.

A este fenómeno está subjacente uma perda e ausência daquela que é uma das grandes preocupações da comunidade educativa: a participação dos pais na educação dos seus filhos.

Por outro lado, a abordagem a aspetos de cidadania, são sem dúvida de extrema importância, para que possamos ter uma sociedade saudável e mais rica de valores, no que se refere ao **respeito pelo próximo, à amizade e à solidariedade**. Por vezes, tidos em segundo plano, em detrimento de outros que em nada contribuem para o bem-estar de todos nós.

Atento a tudo isto, o executivo da Câmara Municipal da Maia, implementou para o ano letivo 2014/2105 o "Programa Escola Solidário", que visa abranger todos os graus de ensino desde o pré-escolar até ao ensino superior, do ensino público, privado e solidário, e com isto, envolver os 26 mil alunos que compõem o nosso parque escolar.

O programa Escola Solidária resulta e passo a citar: **" do objetivo da autarquia, em despertar e fomentar o espírito de solidariedade junto de todos os munícipes, mas especialmente junto da comunidade escolar, envolvendo-a num processo de educação para a cidadania e contribuindo para a formação de cidadãos mais solidários numa comunidade mais coesa."**

O Programa, “Escola Solidária”, para além de servir como uma medida educativa para a cidadania, será um contributo enquanto projecto social, na medida em que articulará com as instituições que operam diariamente nesta área, na entrega de 1 alimento pré definido e em datas pré estabelecidas.

Por tudo isto, eu, enquanto deputado eleito pelo grupo parlamentar “SEMPRE PELA MAIA” congratulo-me com o Executivo Camarário e em especial para com o seu Presidente, por mais uma iniciativa visionária que congrega esforços para o bem-estar da população Maiata, mais carenciada.

Disse,

José Manuel Almeida Sampaio

Hélder da Costa Pereira Ribeiro
Assembleia Municipal da Maia
Sessão de 10 de dezembro de 2014

Documento 3



PASSAGEM A INDEPENDENTE – DESVINCULAÇÃO DO PAN

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, Senhor Luciano da Silva Gomes,
Exmo. Senhor ~~Vicé~~-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, *Eng.º António Bragança Fernandes*
Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal,
Exma. Senhora e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Estimadas ~~as~~ concidadãos,

No passado mês de outubro tomei a decisão de me desvincular do PAN, organização pela qual encabecei uma lista concorrente à Assembleia Municipal da Maia nas últimas eleições autárquicas, no que fui secundado por outros elementos também integrantes da mesma lista e que comigo estiveram na génese da sua criação.

Fi-lo, fizemo-lo, sobretudo, na convicção de que assim melhor poderemos prosseguir o trabalho, os objectivos a que nos propusemos quando nos apresentámos a sufrágio em setembro de 2013.

Hélder da Costa Pereira Ribeiro
Assembleia Municipal da Maia
Sessão de 10 de dezembro de 2014

É, também, por lealdade a esse propósito e a quem nele depositou confiança, que continuarei a exercer o mandato como independente nesta Assembleia Municipal.

É, portanto, com naturalidade que continuaremos a propor uma filosofia de vida e estratégias que permitam o bem-estar de todos – humanos, animais e natureza –, consubstanciadas num novo modelo (cooperativo) de sociedade onde as pessoas possam viver livres e felizes e em harmonia com a natureza e as restantes espécies animais.

É, portanto, com naturalidade que nos dispomos continuar a experimentar uma forma mitigada de política, na esperança dum futuro que não dependa da política mas sim de uma nova consciência que não precisa da política.

Muito obrigado.





MOÇÃO

CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Considerando que:

- o Governo tem vindo a negociar com algumas câmaras municipais, nomeadamente com a Câmara Municipal da Maia, um processo de transferência de competências para o poder local, na área da educação, que visa a assinatura de um “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”;
- são também conhecidas declarações de alguns autarcas que permitem concluir que esse processo de contratualização da municipalização da educação está a ser negociado para entrar em vigor no próximo ano letivo, já em janeiro de 2015;
- o avançar deste processo está envolto num inadmissível secretismo, em que o Governo procura uma apressada tentativa de implementação de um programa Piloto de contrato/protocolo entre Câmaras e Ministério da Educação e Cultura, que decorre sem que os professores e as suas organizações sindicais sejam chamados a participar;
- o processo de transferência para os municípios de mais e novas responsabilidades em matéria de educação, sob o “Programa Aproximar Educação” e descentralização, aponta para a transferência de responsabilidades e competências nas seguintes

áreas: gestão curricular; gestão pedagógica; gestão de recursos humanos; gestão financeira; gestão de equipamentos e infraestruturas;

- no “modelo de financiamento” do processo de contratualização, fica claramente expresso que o governo quer passar para as autarquias o odioso da decisão de dispensar/despedir professores e educadores por via de um “estímulo”, designado por “coeficiente de eficiência”, de 13.594,71€/ano por cada professor que seja reduzido/despedido em cada concelho, o que por si só indicia o que é pretendido - despedimentos e privatização.

A **Assembleia Municipal da Maia**, reunida em dez de dezembro de 2014, exorta, por proposta da CDU, o Executivo deste Município a que :

- não aceite quaisquer responsabilidades neste e ~~em qualquer outro~~ processo que ^{tenha} como objetivo a delegação de competências que são constitucionalmente da responsabilidade do Governo;
- disponibilize todos os documentos de que dispõe deste processo, a todos aqueles nele são directamente visados e ao público em geral;
- divulgue, o mais rapidamente possível, a sua posição face a este processo.

Patrícia Ribeiro

②/3

• Que qualquer processo de Transferências de
competências desta dimensão não pode avançar
sem a consulta e acordo da

~~Assembleia~~ Associação Nacional Municípios
Portugueses;

- Lembrando que o Conselho Municipal
de Educação promoveu um amplo debate
com a participação de toda a
comunidade de escolas;
- Rejeitar qualquer intenção do
Governo de transferências de competências
para o Município relativo à contratação
de docentes e outras relações
com este processo;
- Manifestar solidariedade com os
professores, pessoal docente e não docente
perante o mais veemente ataque à Escola
Pública;
- Dar conhecimento desta posição a todas as
Grupos Parlamentares
representados na Assembleia ~~de~~ República
e do Ministério da Educação e da Ciência.

Bloco de Esquerda



retirada

2.º

[Handwritten signature]

MOÇÃO

CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Há uma clara intenção do Governo em proceder à municipalização do ensino, com a transferência de competências da administração central para os Municípios no que respeita, nomeadamente, a salários, contratação de professores e gestão da carreira docente.

Este processo é desencadeado sem qualquer estudo prévio e sem fundamentação atendível de que este seja melhor para o futuro da Escola pública.

O Ministro Nuno Crato anunciou esta medida através do que designa "projecto-piloto" a ser implementado em cerca de uma dezena de municípios, incluindo, o da Maia.

O projecto contempla contornos preocupantes sustentados no que designam "factor de eficiência" que mais não é do que reduzir (despedir e não contratar) o número de docentes e de pessoal docente e atribuir aos municípios competências de recrutamento de pessoal docente para "projectos específicos de base local" com todos os riscos que comportam de violação dos princípios de igualdade e equidade na contratação e colocação de pessoal docente.

Este processo de municipalização mais não visa que a desvalorização da carreira docente e desvalorização material dos profissionais do Ensino público com vista à redução gradual do Ensino Público em prol da sua privatização.

A transferência de competências trará, também, um objectivo de aumento da precarização da classe docente e a redução do número de trabalhadores administrativos e auxiliares com recurso, neste caso, aos desempregados e há aqueles que estão inseridos nos programas ditos "inserção-emprego" e outros para desempenhar funções e tarefas regulares, necessárias e permanentes.

Os custos quer financeiros, quer humanos e na qualidade futura do ensino são evidentes.

Todo este processo de municipalização do ensino a ser aplicado originará perversos resultados em termos da igualdade de oportunidades e qualidade do ensino, acentuará as assimetrias entre escolas de municípios diferentes e resultará no descomprometimento do Estado no financiamento das Escolas, no aumento do clientelismo e, em consequência, no sentimento de insegurança e desmotivação dos profissionais.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida a 10.12.2014, em sessão ordinária, pelas 21h30m, decide:

- **Manifestar a sua discordância à Municipalização do Ensino;**
- **Que qualquer processo de transferências de competências desta dimensão não pode avançar sem a auscultação e posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;**
- **Rejeitar qualquer alteração da configuração da Escola Pública no Concelho da Maia**
- **Recomendar que o Conselho Municipal de Educação da Maia promova um amplo debate com a participação de toda a Comunidade Educativa Escolar**
- **Rejeitar qualquer intenção do Governo de transferência de competências para o município relativa á contratação de docentes e outras relacionadas com este processo;**
- **Manifestar solidariedade para com os professores, pessoal discente e alunos perante mais um ataque à Escola Pública,**
- **Dar conhecimento desta Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da Republica e ao Ministério da Educação e da Ciência.**

O GRUPO MUNICIPAL BE – BLOCO DE ESQUERDA

Silvestre Pereira e António Neto

Assembleia Municipal de 2014/12/10

Antes da Ordem do Dia

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, located in the upper right quadrant of the page.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exas. Sras. Secretárias da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados e Presidentes de Junta

Exmo. Público

Nas últimas semanas tem sido notícia e motivo de justificadas apreensões, a subconcessão dos STCP, cujo prazo para apresentação de propostas foi agora prorrogado até final do ano.

As condições e o caderno de encargos desta subconcessão confirmam a saga do Governo em arrasar tudo o que é serviço público, justificando demagogicamente com a necessidade do corte na Despesa pública e confundindo, premeditadamente, essa necessidade e o que é do interesse público com a vontade política, ideológica, de transferir para a esfera privada tudo o que nesta possa suscitar interesse pela exploração e pelo lucro, ainda que daí advenha a redução e o prejuízo do serviço público prestado às populações. É isso aliás o que tem sido feito com algumas privatizações, de que na nossa Região serve de exemplo a privatização da ANA e os expressivos aumentos de taxas e preços dos serviços no aeroporto Sá Carneiro!

Contra as condições e o modo como o Governo pretende contratualizar a subconcessão dos STCP, estão os trabalhadores que veem ameaçados os seus postos de trabalho e que ainda agora cumpriram dois dias de greve; os seus sindicatos, denunciam que “a tutela conhece há largos meses o incumprimento de serviços devido à falta de efetivos, nomeadamente motoristas, pondo em causa a mobilidade das populações e que a

degradação do serviço da STCP é absolutamente premeditada com o propósito de facilitar aos olhos da opinião pública a passagem do serviço de transportes para a administração privada".

Contra estão também os autarcas da Área Metropolitana do Porto, cujo Conselho Metropolitano requereu a suspensão dum processo cujo Caderno de Encargos – de acordo com relatório de avaliação do mérito económico da subconcessão elaborado por técnicos de comissão especializada – induz o despedimento de dezenas de trabalhadores e a redução da rede de transportes ((menos 8% dos serviços prestados em 2013) e não garante sustentabilidade financeira sem aumento significativo dos preços. E ao argumento, tacanho, do Governo de que pretende poupar os contribuintes, contrapõem acertadamente os autarcas de que os transportes públicos historicamente não dão lucro e que cabe, também historicamente, ao Estado a subvenção para comparticipação na exploração da empresa. Claro, o enorme buraco financeiro das empresas publicas de transportes preocupa e requiere medidas corretoras mas , nomeadamente no caso dos STCP, os interesses locais, o envolvimento e as propostas dos autarcas são fatores importantes a considerar..

Sabendo-se que se a proposta de concessão for aprovada tal implicará a redução na rede de transportes, será caso para perguntar ao Sr., Presidente da Câmara da Maia, Sr. Eng.º Bragança Fernandes, que aliás tem estado na linha da frente de autarcas que questionam este processo, se a Maia perderá rede de transportes e se, perdendo, pode, pensa fazê-lo e está preparada para promover medidas alternativas.

Ainda sobre transportes na nossa Área Metropolitana, foi também ontem prorrogado até final do ano o prazo para apresentação de propostas à subconcessão da Metro do Porto e acordado com a Viaporto o prolongamento da atual subconcessão até Março de 2015. Isto, a poucos dias do final desse contrato, que, a não ser prolongado, colocaria em causa o funcionamento do Metro do Porto e poderia levar ao corte de serviços. Um acordo mesmo mesmo na reta final...

Mas nada admirará com um Governo centralista que não respeita compromissos assumidos, como acusa a Associação Nacional de

Municípios a propósito da isenção da taxa do IVA na iluminação pública e redução nos transportes e refeições escolares. E também quando se sabe que a procissão ainda vai no adro quanto à questão da fusão numa única empresa de Águas do Norte, de sistemas como por exemplo o do Douro e Paiva, o nosso, com a água em alta mais baixa do País, e sistemas como o de Trás-os-Montes e Alto Douro com a água mais cara!. Pano para mangas ou ainda muita água a correr por debaixo das pontes do Douro e do Tâmega e das nossas torneiras, num assunto em que para os municípios do litoral parece inevitável o aumento das tarifas.

Assuntos, todos, a que certamente se seguirão próximos e interessantes capítulos.

Adão Bastos



Deputado Partido Socialista



PSD



Sempre
Pela Maia



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia e demais elementos da mesa,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia e demais membros do executivo aqui presentes,

Caras e caros maiatos,

No último mês foram dados a conhecer alguns indicadores, na área da educação, que merecem o nosso reconhecimento e devem propiciar a nossa reflexão.

Diversos órgãos de comunicação social nacionais publicaram os chamados rankings das escolas. Estes rankings são elaborados com base nos resultados dos exames nacionais realizados no final do ano letivo 2013/2014.

unicamente
Incidindo sobre os exames e sendo esses exames realizados por jovens, em diferentes contextos, estes rankings não devem ser sobrevalorizados. Por outro lado, também não significam nada. São



PSD



Sempre
Pela Maia

dados que nos obrigam a pensar sobre o que está a acontecer nas escolas e o quanto os alunos estão, ou não, a aprender, em determinadas circunstâncias. E isso é, sem dúvida, muito importante, pois, daí, podem surgir soluções de melhoria.

Nestes rankings, as escolas maiatas apresentaram bons desempenhos, nos exames nacionais do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e no Ensino Secundário. Por exemplo, no Ensino Secundário, num total 621 escolas, as escolas maiatas ficaram colocadas na primeira metade do ranking, com destaque para a Escola Secundária da Maia, a Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho, em Moreira e o Colégio Novo da Maia, que ficaram entre as 100 primeiras, no ranking elaborado pelo Público e pela Universidade Católica Portuguesa.

Uma análise mais atenta dos dados permite-nos constatar diferentes desempenhos entre os vários estabelecimentos de ensino maiatos, nos diversos níveis, espelhando multifacetadas realidades sociais, económicas e pedagógicas.



Estas circunstâncias não podem ser desvalorizadas e, particularmente no 1.º Ciclo, pelas competências acrescidas da Câmara Municipal.

Requerem, pois, uma análise cuidada, para que se possa continuar a servir, da melhor maneira, as comunidades escolares, promovendo o sucesso escolar e criando condições para a mobilidade social ascendente, traduzindo-se, a médio/longo prazo, na diminuição das desigualdades económicas e sociais.

Dito isto, não podemos deixar de enaltecer o mérito das escolas maiatas e felicitar todo o trabalho levado a cabo pelos alunos, professores e pais, muitas vezes secundados com o apoio das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, todos em busca do sucesso educativo dos jovens maiatos, na sua mais ampla aceção.

Por fim, mas não menos importante, aproveito esta oportunidade para saudar e felicitar alunos, professores e pais da Escola Secundária de Águas Santas, que foram agraciados com o "Prémio Escolar Montepio", iniciativa promovida pela Fundação Montepio e que conta com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. Este galardão



Sempre
Pela Maia

visa contribuir para o aumento da qualidade do ensino em Portugal e reconhecer o esforço realizado pelas escolas, na melhoria dos resultados escolares. Nesse sentido, o júri do prémio deliberou, por unanimidade, atribuir um dos prémios pecuniários, no valor de 25 mil euros, à Escola Secundária de Águas Santas, distinguindo a qualidade do projeto e o empenhamento da equipa docente na sua conceção e apresentação.

Obrigado pela atenção.

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Sempre pela Maia".

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

Maia, 10 de dezembro de 2014



MA

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome JOÃO COUTO LOPES

Morada RUA A Nº 33

Freguesia VILA NOVA DA TELHA

Código Postal 4470-719

Contacto telefónico 938484329

E-mail JOAO.COUTO.LOPES@GMAIL.COM

Carrie-se ao Presidente da Câmara para os esclarecimentos. Não das questões civis. Atenciosamente 10/12/14

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ILUMINAÇÃO ESTACAO LIDADOR, PASSAGEM PARA O CENTRO SAUDE
CONDIÇÕES DO LIDO.

Maia, 10/12/2014

(Assinatura) *João*

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

João Couto Lopes

Rua A nº 33

Urbanização da Bouça Grande

4470/719 Vila Nova da Telha – Maia

Eleitor nº 5860

Maia 10 de Dezembro de 2014

Assunto: Fonte de iluminação, passagem centro de saúde,
contentores do lixo.

Os meus cumprimentos. Ao Exmo. Sr. Presidente da
Assembleia. Exmas. Senhoras Secretarias da Mesa.

Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal.

Exmas/os Senhores Deputados. Exmas/os Senhores
Vereadores.

A todos os presentes nesta Assembleia.

Exmo. Sr. Presidente, não poço deixar de agradecer a V.
Exa. o ter dado resposta afirmativa ao pedido que lhe fiz,
pois era urgente que a iluminação fosse reativada para
bem de todos os utilizadores daquela linha do Metro, o Sr.
Presidente encaminhou o pedido para o Departamento de
Construção e Manutenção da Camara, esse departamento
deu uma resposta rápida, em nome dos utilizadores
daquela estação, o meu obrigado.



Sr. Presidente, gostava de lhe reformular de novo o pedido para que dê uma resposta (rápida) para o arranjo da passagem da rua Santo Lenho para o Centro de Saúde de Pedras Rubras, em anterior sessão no dia (30/04/2014 V. Exa. prometeu o seu arranjo, como nada foi feito, na 4ª sessão de setembro informei V. Exa. que nada tinha sido feito naquela passagem para que as pessoas circulem em segurança.

O Sr. Presidente disse que ia reformular o pedido ao departamento de obras para que se fizesse melhoramentos naquela passagem, mas há data de hoje, ainda não foi feito qualquer melhoramento no piso da ligação á rua Santo Lenho.

Não esquecendo os obstáculos (contentores do lixo) nos passeios.

Registo que naquela passagem foi feito por parte da Junta de Freguesia de Moreira o corte das ervas que se foram criando na dita passagem.

Faço de novo o pedido para que dê urgência ao caso.

Por fim, quero Desejar a todos os Presentes, um Natal cheio de tudo a que tem direito, com os votos de um Ano de 2015 melhor que este, os votos são extensivo a todos os seus Familiares.

Sem mais, os meus respeitosos cumprimentos.

João Couto Lopes





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

3.2
Documento 9

16

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 337
Em 26/11/2014

Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 13.341

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento é elaborado na circunstância e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2014.

Nesta Sessão da Assembleia estarão em consideração, análise e votação, um conjunto importante de documentos para a vida do Município os quais constituirão e definirão o enquadramento da actividade municipal no próximo ano de 2015.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Através desse extenso conjunto de documentos teremos a oportunidade de percorrer toda a atividade e toda a ação que é desenvolvida pelo Município nas suas várias vertentes e através das várias entidades municipais intervenientes, sendo, portanto, um momento e uma ocasião em que toda a ação municipal é analisada e tratada em malha fina.

Quanto à atividade que decorreu no Município após a última informação escrita que prestei à Assembleia Municipal, permito-me pontuar algumas das ações ou atividades que considero de especial interesse e relevância para a vida do nosso Concelho e das nossas Gentes.

1- O Conselho Metropolitano do Porto nomeou o Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng António Domingos da Silva Tiago, como um dos seus representantes na empresa do "Metro do Porto". Assim, o Sr Eng Silva Tiago passa a integrar o Conselho de Administração como Vogal não executivo.

Na mesma reunião do Conselho Metropolitano foram nomeados, igualmente, os seus representantes na Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, sendo que a Sra Eng.a Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, que é também Vereadora da Câmara Municipal, foi designada para o cargo de vogal executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

2- O Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia teve a sua 19ª edição, que decorreu durante dez dias a partir de 26 de Setembro, com uma programação que apresenta o que de melhor se faz em Portugal na área do Teatro Cómico.

Tendo por principais divisas “Por um teatro em que o público não esteja a mais”, “O riso é próprio do homem” e “O cómico é a inteligência”, que o acompanham e definem, este nosso Festival guindou-se ao patamar de evento cultural único em Portugal. E isto ininterruptamente desde o ano de 1984.

Com o objetivo de sensibilizar e cativar novos públicos para o teatro e de divulgar as diversas facetas do humor e do cómico nas artes de palco, o Festival apresentou, nas mais variadas dimensões e disciplinas tradicionais - comédia, clowns, café-teatro, marionetas e fantoches, mimo e pantomima, rua, artes do circo -, passando pelas linguagens contemporâneas e disciplinas para-teatrais - músico-comédia, multicomédia, stand up, novo circo, performance, teatro visual, dança-teatro, artes de rua -, uma programação multifacetada que chega até vários públicos de diferentes idades.

Ao longo dos dez dias do evento a Maia transformou-se na Capital do Teatro Cómico em Portugal, recebendo 25 companhias nacionais e também internacionais. Tivemos a presença de companhias da Galiza e do Brasil por entre outros países de Língua Portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Tendo já sido apresentados grupos de teatro vindos de vários países da Europa, das Américas, de África e da Austrália, o país convidado da XIX edição foi o Chile.

As edições já realizadas contam já com a presença de mais de 250 companhias de teatro que protagonizaram mais de 500 espetáculos para cerca de 160 mil espectadores.

Ora isto é bem revelador da qualidade de um Festival que nasceu, cresceu e que, passados 19 anos, se assume como único na área cultural de abrango.

3- No dia 10 de Outubro realizámos a VI Gala da Educação pela qual voltámos a distinguir os alunos que se destacaram no plano académico, no ano letivo 2013/2014, premiando o mérito e a excelência escolar de crianças e jovens que frequentam desde o 1º ciclo do ensino básico até ao superior.

A Gala da Educação da Maia é um espaço de reconhecimento de talentos, sejam académicos ou de outras atividades praticadas em âmbito de enriquecimento curricular. Assim, e com vista á animação dos convidados, as escolas e os alunos foram desafiados a mostrar talentos em áreas como a dança e música. O evento contou com a presença dos atuais Campeões de Desporto Escolar, do Grupo de Danças do Agrupamento de Escolas de Águas Santas e apresentações de violino, piano, guitarra clássica, saxofone e ginástica acrobática por parte de vários alunos de outras instituições de ensino do Município da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A Gala da Educação é um evento realizado a pensar nas escolas, nos encarregados de educação e nos professores, mas, sobretudo, nos alunos. Eles são as grandes estrelas e merecem todo o nosso reconhecimento pelos excelentes resultados que obtêm. A Maia está sempre a apostar no futuro e o futuro do nosso município começa com eles.

4- No dia 19 de Novembro fizemos uma primeira entrega simbólica do "Manual Digital", deste ano, aos alunos do Centro Escolar da Gandra. O Município continua na linha da frente com esta medida do "Manual Digital" que, ao disponibilizar conteúdos exclusivos, expressa o investimento da autarquia no intuito de apoiar as atividades escolares dos alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho em várias áreas curriculares e de enriquecimento curricular. Tendo sido pioneiro neste projeto, o município da Maia foi o primeiro do país a distribuir os Manuais digitais aos alunos abrangidos pelo projeto, no ano letivo 2008/2009, tendo desde essa data, chegado a cerca de 35 mil alunos.

Sublinhando e atestando o espírito inovador na medida, o Manual Digital do presente ano letivo inclui, exclusivamente para os alunos maiatos, o acesso ao projeto "Preparação para os Testes Intermédios 2º ano", disponibilizando assim, e à semelhança do que acontece no 4º ano, os testes oficiais e o modelo para preparação dos mesmos para o 2º ano de escolaridade, nas áreas de Português e Matemática. Os alunos vão também ter acesso à plataforma



online com conteúdos de inglês, que lhes permite aceder facilmente aos conteúdos do programa e promove uma aprendizagem dinâmica e interativa.

Constituindo-se numa medida de apoio às atividades letivas, dentro e fora das aulas, o Manual Digital abrange as áreas curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, assim como as áreas de enriquecimento curricular de Inglês, TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Ligação da Escola com o Meio.

Através do investimento de 25 mil euros realizado pela autarquia, o projeto Manual Digital vai, este ano letivo, chegar a cerca de cinco mil alunos, para que possam acompanhar a matéria dada na aulas e ter em casa ferramentas adequadas que lhes permitam consolidar a matéria para os testes.

É que, e tenho-o vindo a afirmar, o investimento na educação no nosso Concelho tem que ser entendido como um investimento a longo prazo, abrindo caminho para um ensino de referência, a nível regional e nacional.

5- Recentemente aprovámos em Câmara Municipal a instituição do Programa “Escola Solidária”.

Este programa tem em vista a promoção de um conjunto de atividades de forma a despertar e fomentar o espírito da solidariedade em todas as pessoas, especialmente nas crianças e jovens, mobilizando e envolvendo a comunidade na resolução dos seus problemas, através da educação para a cidadania,



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

contribuindo desta forma para a formação de pessoas mais solidárias e para uma comunidade mais coesa.

Pretendemos com o "Escola Solidária" a Angariação de Alimentos através de duas campanhas anuais (Novembro e Maio) em cada estabelecimento de ensino, onde cada criança/jovem poderá contribuir com 1 (um) alimento pré-definido em cada campanha, os quais serão depois entregues ao (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, resposta social promovida pela Câmara Municipal da Maia, para serem distribuídos, posteriormente, por agregados familiares em situação de vulnerabilidade social.

É um programa que, sendo dirigido a toda a comunidade educativa, abrangerá todos os graus de ensino, desde o Pré-escolar até ao Ensino Superior, e aplicável aos diferentes tipos de ensino – Público, Privado e Solidário.

Com esta ação estamos a reafirmar o conceito e o nosso pensamento de que a Escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania.

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas e solidárias. Mas que, e ao mesmo tempo, estão conhecedoras e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros.



6- No dia 30 de Outubro a Câmara Municipal celebrou um conjunto de protocolos de cooperação com vista à implementação do Programa Municipal de Saúde Sénior 60+ .

Este programa tem por Entidades Beneficiárias o Centro Social e Paroquial de Águas Santas, a Junta de Freguesia de S. Pedro Fins e a Santa Casa da Misericórdia da Maia, e por Entidades Parceiras a Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria, o Instituto Universitário da Maia, a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e a Universidade Fernando Pessoa.

Trata-se de um projeto piloto que vai abranger três áreas consideradas essenciais pela autarquia: Saúde Oral, Educação Alimentar e Saúde Mental e Psíquica.

Integrada na Rede Municipal das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, desde Janeiro de 2013, a Maia tem procurado dar respostas permanentes às necessidades específicas da população ao implementar um conjunto de atividades orientadas para a população idosa do concelho.

Temos vindo a intervir e a dinamizar áreas e atividades ligadas ao lazer, à cultura, à atividade física e desportiva e ao encontro entre gerações, com vista e no sentido de proporcionarmos, na medida do possível, um envelhecimento ativo e saudável ao mesmo tempo que se combate o isolamento e a solidão.

A atividade para a Saúde Oral vai ser consubstanciada pelo projeto "Maia a sorrir 60+", e constará da formação a utentes e colaboradores de instituições



sociais com o objetivo da promoção de uma higiene oral completa e consciente.

Mediante o programa “Maia Saudável 60+” serão desenvolvidas atividades em nutrição, geriatria e gerontologia.

Relativamente à área da Saúde Mental e Cognitiva vai ser implementado o projeto “Maia Geração 60+” que constará de ações que visam a prevenção da incapacidade funcional e o risco de queda, assim como a promoção da avaliação e intervenção neuropsicologia, através de sessões de psicologia em contexto lar/centro de dia.

7 - No Cento de Congressos do LNEC, integrando a 9ª Expo Conferência da Água, o Município, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, recebeu o “selo” e a distinção de “Qualidade exemplar da água para o consumo humano 2014”. Este reconhecimento é atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), em parceria com o Jornal Água&Ambiente.

Dentro do universo das entidades que garantem 98,2% de confiança ao consumidor, os selos de “Qualidade exemplar da água para o consumo humano 2014” foram atribuídos para distinguir aquelas que primam pela excelência.

Os SMEAS da Maia integram o grupo das 74 entidades distinguidas – uma congratulação pelo trabalho desenvolvido e pelo serviço de qualidade que



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

presta aos consumidores – com um certificado e uma imagem digital que, ao ser associada à imagem institucional da entidade, identifica o serviço de qualidade.

8 - No já longínquo ano de 1988 a Câmara Municipal lançou o programa de distribuição de géneros alimentares, designado por CABAZ DE NATAL. Dirigido inicialmente à população mais idosa, foi, ao longo do tempo, sendo alargada e dirigida a todas as famílias desfavorecidas, carenciadas economicamente ou com necessidades específicas.

Embora não constitua uma solução para os problemas sociais e económicos que afetam uma faixa da população, o CABAZ DE NATAL é uma forma de atenuar as dificuldades dos mais desprotegidos, despertando os valores da paz, união, harmonia, partilha e solidariedade, simbólicos da época natalícia.

Neste Natal de 2014 o nº de cabazes a distribuir será o de 1.700, tendo um custo de 54.000 €. A sua atribuição está balizada por um conjunto de requisitos e condições sustentadas em critérios claros e rigorosos, contribuindo desta forma para a clarificação e simplificação deste processo administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

9 – Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal. Quanto à relação descritiva dos designados “Passivos Contingentes” esta encontra-se inserta no Orçamento para o ano de 2015.

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais –	4.031.566,39
c) Dotações não orçamentais –	3.945.069,18

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e a expressão da minha consideração.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 26 DE NOVEMBRO DE 2014,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



ANEXO

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

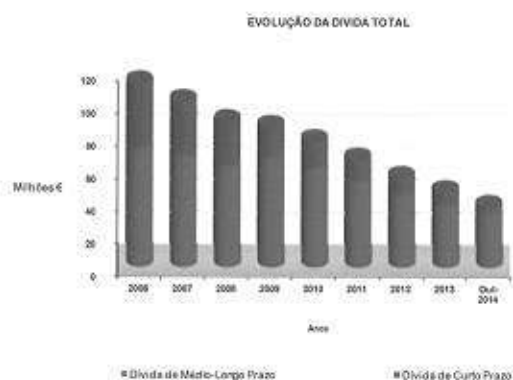
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

CAMARA MUNICIPAL ISOLADAMENTE

Quadro 1

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						
	2010	2011	2012	2013	Out-2014	2013/2014	2006/2014
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	33.051.013	-4.129.956	-39.081.513
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	3.808.189	-4.956.332	-36.390.178
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	36.859.202	-9.086.288	-75.471.691
Taxa de crescimento da dívida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-19,8%		-67,2%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-11,1%		-54,2%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-56,5%		-90,5%

Gráfico 1



À data de 31 de outubro de 2014 verifica-se que:

- ✓ A Dívida Total ascende a 36.859.202 €, o que representa um decréscimo de (-) 9.086.288 € face à dívida existente em 31 de Dezembro de 2013, refletindo uma variação de (-) 19,8%.
- ✓ A Dívida de Médio e Longo Prazo ascende a 33.051.013 €, o que representa um decréscimo de (-) 4.129.956 € face à Dívida de M.L. Prazo existente no final de 2013, determinando uma variação de (-) 11,1%.
- ✓ A Dívida de Curto Prazo ascende a 3.808.189 €, o que representa um decréscimo de (-) 4.956.332 €, face ao valor existente em finais de 2013, anunciando um decréscimo (-) 56,5%.
- ✓ A Dívida Total reduziu 75.471.691 € desde 2006 o que representa um decréscimo de (-) 67,2 %.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 2

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2010	2011	2012	2013	Out-2014
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	32.381.900
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.066	16.627.882
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.058.097	10.912.570	8.127.044	6.734.260
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BP no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.285	5.863.677	4.875.368
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	10.287.337	8.781.873	7.276.408	5.770.945	5.018.213
Banco Santander Totta	5.269.124	3.763.660	2.258.196	752.732	0
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos sujeitos ao regime transitório para o endividamento excecionado	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.754.038
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com o CGD - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €					
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06					
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.285.123	5.142.449
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com o CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.914.376
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com o CGD - até 21.007.737,85	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.697.214
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797
Fornecedores de imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	32.857.697
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,0%	-17,2%	-11,6%

Um Euro

À data de 31 de outubro de 2014 a Dívida de Médio e Longo Prazo ao totalizar 32.857.697 €:

- ✓ Apresenta uma diminuição de 4.323.272 €, (-) 11,6%, face ao 31 de Dezembro de 2013. O decréscimo é perfeitamente coerente com o escalonamento do serviço da dívida, mas também com a diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo.
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, cerca de 49% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), atualmente não excecionados para efeitos de cumprimento do limite legal de endividamento.
- ✓ Cerca de 98,5% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, representando a dívida a fornecedores os restantes cerca de 1,5%.



COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 3

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO					Peso	Variação	
	2010	2011	2012	2013	Out-2014		2013/2014	2009/2014
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	256.658	6,7%	-250.580	-4.289.207
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	51.470	1,4%	-4.806.366	-32.546.908
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.500.062	91,9%	100.614	485.894
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	3.808.189	100,0%	-4.956.332	-36.390.221
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-6,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-98,5%			
Fornecedores c/c	39,8%	-49,7%	-66,6%	20,7%	-49,4%			
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-96,9%			
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	3,0%			

Un: Euros

À data de 31 de outubro de 2014 a Dívida de Curto Prazo ao totalizar 3.808.189 € espelha:

- ✓ Uma variação de (-) 56,6% o que em valor absoluto representa uma diminuição de (-) 4.956.332 €, face ao assinalado no final de 2013.
- ✓ A redução registada é influenciada sobretudo pela diminuição de (-) 4.806.366 € da rubrica, "Fornecedores imobilizado", já que o somatório das variações ocorridas nas duas restantes rubricas introduz um decréscimo líquido de apenas (-) 149.966 €.
- ✓ Cerca de 91,9%, da dívida de curto prazo é absorvida pelos "Outros credores", 1,4% pelos "Fornecedores de imobilizado" e 6,7% pelos "Fornecedores em c/c".

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

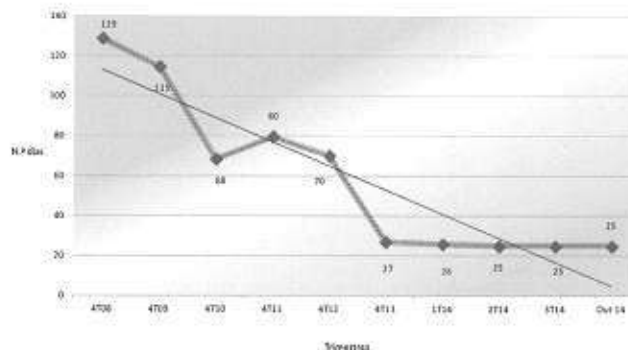
Quadro 4

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	1T14	2T14	3T14	Out-14
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{D_i}{(1+i)^t}}{\sum_{i=1}^n \frac{1}{(1+i)^t}}$	129	115	68	60	70	27	26	25	25	25

(*) Cálculo da média com a função do Excel de Médio (1" 54/2008, incluindo Fornecedores de Imobilizado de 60D)

Gráfico 2

Evolução do Prazo Médio Pagamento





- ✓ Em outubro de 2014 o prazo médio de pagamento ao posicionar-se nos 25 dias apresenta estabilidade face ao resultado apresentado no final dos três primeiros trimestres de 2014. A linha ajustada demonstra que desde 2008 existe uma tendência sistematicamente decrescente para o indicador.

CAMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS -
À DATA DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o novo conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores,

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o primeiro trimestre de 2014, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "**Limite da Dívida Total**", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Quadro 5

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2011	2012	2013
Município (+)	56.020.745	56.928.774	53.881.244
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-629.741	-484.560	-427.416
SMAS (+)	18.364.851	15.531.132	15.269.867
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-631.582	-484.616	-427.474
Total da Receita Cobrada Líquida	71.124.273	71.490.731	68.296.221
Média dos últimos três anos		70.303.742	
Limite da Dívida Total <=		105.455.612	

Posto isto, em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.



Quadro 6

	DÍVIDA TOTAL				Variação (3T14) / (3T13)	Peso
	31Dez13	1T	2T	3T		
CVM	45.982.855,09	42.845.119,50	38.184.289,23	36.769.074,48	-20,0%	38,29%
SMAS	19.891.332,45	19.793.352,75	20.000.017,88	19.748.224,61	-0,7%	20,57%
LIPOR	10.417.484,83	10.290.069,21	9.859.053,89	9.921.596,40	-4,8%	10,33%
AMP	0,00	783,32	1.580,22	3.582,17		0,00%
BEMF	0,00	0,00	0,00			0,00%
ACAD ARTES	254.198,94	249.831,87	-290.198,94	251.379,83	-1,1%	0,26%
MA AMBIENTE*	0,00	0,00	0,00			0,00%
ESPAÇO MUNICIPAL*	0,00	0,00	0,00			0,00%
TECMAIA (51%)	9.372.408,10	9.296.181,39	9.337.583,71	9.358.957,81	-0,1%	9,75%
MUNICIPA	61.737,33	65.890,08	81.750,45	73.619,57	42,3%	0,08%
NET	881,74	831,81	830,03	711,50	22,3%	0,00%
FRMUS	13,94	1,31	8,73	9,07	-34,9%	0,00%
PORTGÁS*	0,00	0,00	0,00			0,00%
HOSPITAL LIDADOR	126.005,84	126.005,84	126.005,84	126.005,84	0,0%	0,13%
Fundação Conservatório de Música	126.076,07	121.205,47	219.193,02	219.193,02	73,9%	0,23%
Fundação da Juventude	56.675,73	57.612,88	57.612,88	57.612,88	3,7%	0,06%
Fundação do Desporto	9.045,55	9.040,40	9.111,54	9.111,54	0,7%	0,01%
AdePorto (*)	5.398,88	5.054,72	8.201,14	5.882,76	9,0%	0,01%
Coopetcoo	1.538,24	1.538,24	1.538,24	1.538,24	0,0%	0,00%
ARCTP	114.064,28	114.064,28	114.064,28	114.064,28	0,0%	0,12%
ANMP	387,48	341,04	1.801,26	343,05	-11,5%	0,00%
Maisnova	9.655,32	5.095,00	4.388,64	373,99	-96,1%	0,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento					#DIV/0!	0,00%
FEI Múximo	6.540.572,60	6.540.572,60	6.486.582,31	6.501.981,04	-0,6%	6,77%
FEI Miaçãol	9.040.881,51	9.046.881,51	9.068.740,34	9.081.645,84	0,4%	9,46%
FEPraça Maior	-3.164.901,54	-3.404.237,28	3.845.277,82	3.178.306,47	18,0%	-3,93%
Total Dívida Total	105.190.520,13	101.674.327,15	97.487.618,28	96.024.022,29	-8,7%	100,00%
Limite para Dívida Total	105.455.612,28	105.455.612,28	105.455.612,28	105.455.612,28		(Município + Smas)
Redução efectiva: 2013/2014		-3.516.192,98	-7.722.901,85	-9.166.497,83		
Margem absoluta	-263.092,15	-3.781.285,13	-7.987.994,00	-9.431.589,99		
Margem utilizável (alínea b) n.º 3 art.º 52 LPL	53.018,43					
Margem disponível por utilizar		3.599.211,41	7.775.920,28	9.219.516,26		

(*) entidades que se encontram em equilíbrio de contas

A análise dos dados apresentados no quadro supra permite concluir que, apesar das profundas restrições impostas pelo novo quadro legislativo, para um limite de dívida total de 105.455.612 €, no final do terceiro trimestre de 2014 a dívida total do município atingiu o montante global de 96.024.022,29 €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 9.431.589,99 €, não obstante o perimetro de entidades que contribuem para o seu apuramento ter alargado significativamente e não se excepcionar qualquer tipo de endividamento.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2013 verifica-se assim no final deste terceiro trimestre uma redução do montante global da dívida de (-) 9.166.497,83 €, isto é, (-) 8,7%.



Bloco de Esquerdaipal da Maia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exmo. Presidente da Câmara
Exmos. Srs. Deputados
Exmos. Srs. Vereadores presentes
Digníssimo Público

As GOP e Orçamento para o nosso Município para o próximo ano 2015 é marcado por objetivos mínimos e sem a audácia e coragem que o momento político exige, na opinião do Bloco de Esquerda os objetivos definidos pelo executivo e pela maioria PSD/CDS que a suporta, são mais uma vez a continuidade, a resignação e subserviência perante o poder.

Mantém-se a falta de perspetiva e de estratégia das pretéritas e (ditas) Grandes Opções do Plano! É necessária em nossa opinião, uma postura de mudança de paradigma na política de investimento da Camara Municipal da Maia, é que, Grandes Opções assentes em apoios sociais, sendo estes importantes e, até decisivos para muitas pessoas, sabemos que estes por si só, não resolvem os problemas da dignidade das pessoas!

São essenciais e necessárias medidas de criação de emprego e de dinamização da economia!

As Grandes Opções e Plano são um Documento de planificação estratégica de médio e longo prazo, decisivo para percebermos a definição da política do executivo em matérias que podem alavancar a mudança e projetar um melhor futuro para a Maia e para os seus cidadãos.

Falo particularmente da habitação social, da política de urbanismo, dos solos, da rede viária, das infraestruturas de apoio a seniores, à infância, do ensino, dos transportes, do ambiente, da cultura, do desporto, da política para a instalação e da fixação de empresas no nosso território, entre muitos outros...

Em alguns destes aspetos a Maia até é um exemplo positivo, mas estas não podem ter continuidade com Grandes Opções e Planos tão defensivas ou insipientes, o executivo tem de perspetivar e estruturar para o futuro e por isso a mudança de atitude e uma diferente e mais positiva filosofia de investimento é essencial! Só assim construiremos futuro! Chega de austeridade!

A análise contextual da situação política e económica do país efetuada pelo executivo no preambulo do documento tudo definiu! O executivo faz uma análise rigorosamente colada à propaganda e demagogia do poder político da maioria PSD/CDS, um poder que há muito optou pelo partido dos credores e procura na nebulosa saída, ver melhorias que a realidade do nosso país e do nosso concelho todos os dias desmentem!

A política de austeridade e de venda dos nossos recursos por tuta e meia é uma autêntica fábrica de desemprego, de criação de pobres, de cortes nos direitos, nas pensões, nos salários e na dignidade das pessoas. Mas em sentido contrário do aumento do número de ricos e das suas fortunas é cada vez mais evidente. Esta sim, a recuperação de que nos falam!... A OCDE, confirmou-o ainda esta semana, a dramática situação das crianças com fome e na pobreza, das suas famílias sem condições mínimas para poderem dar o mínimo de dignidade aos seus, sem emprego e sem apoios sociais e estas, são cada vez em maior número! Uma vergonha para a humanidade! As fantasias em que nos pretendem enrolar, trarão um dia o fim desta sociedade corrupta, desigual e indigna!

Assim, a realidade que nos propõem é a continuidade da aplicação da política do garrote e do asfixiamento económico que o governo PSD/CDS está a impor aos portugueses com reflexos cada vez mais significativos no poder local. Isto é, aumentando as suas responsabilidades e diminuindo a sua autonomia e capacidade financeira. É por isso muito mau o seguidismo que o executivo da nossa autarquia demonstra face ao poder. Este não é o caminho que queremos e os Maiatos não poderão esperar nada de bom quanto ao futuro da política em que o executivo se estriba!

E como noutros momentos dissemos, se a "Camara Municipal da Maia respira uma boa saúde financeira". Então é o momento de demonstrar isso mesmo e contrariar a recessão com investimento!

As GOP, dão relevo substancial aos apoios sociais e o BE só pode concordar, pois são extremamente importantes no atual momento de grande aflição para muitas famílias maiatas e como tal, consideramos que o valor disponibilizado para a ação social é deveras significativo!

Mas também afirmamos, Assembleia Municipal deveria ser informada da atual situação, dos apoios concretos que estão a ser dados, quantas famílias, que estrutura, número de crianças, que tipo de apoios, montantes, programas, etc... neste momento não temos respostas concretas. Serão suficientes, são os mais adequados?

A verdade é que a crise económica e social afeta os maiatos da mesma forma que afeta a maioria dos portugueses, pois a estratégia de empobrecimento e de redução salários está a provocar a destruição das empresas e no nosso concelho têm sido diversas as que têm fechado portas, com as inerentes consequências no emprego e vão sempre e cada vez mais destruindo a nossa economia.

Pois, Sr. Presidente, tem certamente conhecimento que para além do encerramento das empresas estão depois as consequências dramáticas para as pessoas e são cada vez mais, o número de pessoas desempregadas no nosso concelho quase, 14%, muitas delas empurradas para uma situação sem retorno dada a sua idade; quanto ao desemprego jovem, são já cerca de 34% os jovens até aos 34 anos e com escolaridade superior que não conseguem entrar no mercado de trabalho, ou quando entram é ara estagiar e no final do estágio regressarem à situação anterior; o número de famílias insolventes no nosso concelho não pára de aumentar; o aumento brutal de suicídios é outro drama demonstrativo do desespero das pessoas! É necessário outro caminho!... Temos de exigir mudança!

É por isso que afirmamos, a nossa autarquia tem de ajudar a dar resposta a esta situação. Temos de impor uma política ativa que possibilite uma mudança de paradigma.

Por isso dizemos, se a Câmara Municipal da Maia tem uma razoável situação financeira, então as GOP para 2015 terão de ser diferentes, terão que ter outro caminho! Então nós propomos uma clara mudança de estratégia! As GOP não podem ser um plano de emergência social! São sim o momento da determinação de linhas estruturais e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho! Porque mais importante que os números é a definição de políticas...

No Bloco de Esquerda, não acreditamos na inevitabilidade das soluções que nos pretendem impor como únicas e imutáveis, isto porque temos a certeza que existe outro caminho! É neste contexto e à luz desta análise que referimos alguns aspetos do orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Mas fazendo uma breve análise do Orçamento apresentado, chegamos à seguinte conclusão: Para 2015 nada de novo acontecerá apenas a continuidade da diminuição do Orçamento, o que é deveras preocupante:

Assim o total da previsão das receitas desce mais uma vez, passando de 70,458 milhões euros para cerca 69 milhões de euros. Apesar do ligeiro recuo, este decréscimo é um sinal da falta de audácia que o executivo e que nos arrasta na continuidade de uma gestão recessiva da autarquia.

As principais receitas são provenientes dos impostos diretos cerca de 33.167 milhões de euros, 48% do total da receita e em nossa opinião inferiores ao que efetivamente será recolhido, pois pensamos que estes serão bem superiores! Mas que são bem demonstrativos do peso destes sobre o orçamento das famílias maiatas...

Quanto ao Orçamento da despesa, está marcado pela redução contínua das Despesas de Capital, a resignação do executivo é evidente e preocupante: Assim, o orçamento da (despesa de capital): foi em 2014 de apenas 28.447. M €! E para 2015 ainda será mais reduzido, 23.979,417€! Estamos sempre a andar para trás! **E sem investimento não podemos progredir.**

Temos diferentes perspetivas e escolhas que poderiam diferenciar e até melhorar a arrecadação de receitas, tributando mais seletivamente, nomeadamente no IMI e na Derrama, e já aqui o propusemos...

Em vez de dar o salto em frente que se impunha, e que aparentemente era possível pela dita saúde financeira da Camara, com este Orçamento e este Plano a Maia pode ficar adiada e o futuro dos maiatos comprometido como já referimos.

É em nome de todas e todos os que querem um concelho da Maia virado para o crescimento, com emprego e melhor qualidade de vida, que não podemos mais uma vez aprovar este Orçamento e Plano de Atividades.

Maia, 10/12/2014

O grupo municipal do BE

Silvestre Pereira
António Neto



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Luciano Gomes

Exmas. Sras Secretárias da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Eng^o Bragança Fernandes

Exmos Srs. Deputados e caros colegas presidentes de junta

Exmos Srs. Vereadores aqui presentes

Comunicação Social

Estimados Maiatos

Handwritten signature and initials in black ink, located to the right of the list of recipients.

Inicio esta minha intervenção referindo que após uma leitura pormenorizada do Plano Plurianual de Investimento 2015 verifico que a minha freguesia, Vila Nova da Telha, irá sofrer algumas intervenções no que respeita a manutenção de arruamentos e infraestruturas.

Tendo em consideração que algumas destas intervenções são de carácter muito urgente, uma das quais é a Rua da Fábrica, que devido ao mau estado do piso, aquando das chuvas fica alagada o que represente perigo para os transeuntes que ao passarem com os veículos molha quem ali transita, sendo que na sua maioria são crianças a caminho da escola ou da estação do metro.

Outra das intervenções urgentes é na Rua Alberto Campos Costa Maia, que devido ao mau escoamento das águas, as casas que ali existem, como o Centro Comunitário, têm ficado alagadas quando ocorrem chuvas e ficam intransitáveis para os peões.

Tenho constatado, pelas reuniões que tenho tido com o Sr. Presidente Eng^o Bragança Fernandes, que se mostra bastante disponível para proceder às intervenções solicitadas. No entanto, devido à elevada urgência venho, mais uma vez reforçar aqui o meu pedido.



Contudo venho mostrar o meu desânimo face a ter constatado que a cobertura do polidesportivo da escola do lidador não se encontra contemplada no orçamento 2015. Como é do V/ conhecimento as freguesias vizinhas tem pavilhões municipais que estão sempre ocupados, daí a necessidade da cobertura do polidesportivo, para que assim as crianças das nossas escolas e os residentes da freguesia pudessem beneficiar de um recinto desportivo com as devidas condições.

É com agrado que vislumbro, que uma das situações que era de carácter urgente na nossa freguesia, a duplicação do coletor de saneamento da Rua da Aldeia será resolvida no decorrer do ano 2015 conforme é referido no Orçamento. *No valor de 150 mil euros*

Termino aqui a minha intervenção desejando a todos os presentes um Santo Natal e um Próspero Ano Novo.

INDEPENDENTES POR VILA NOVA DA TELHA



Joaquim da Silva Azevedo Sousa

10 de dezembro de 2014

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**3.3 Aprovação de Grandes Opções do plano – Orçamento da
Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município
Para o Ano Financeiro de 2015**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Demais membros da mesa,
Caríssimos Srs. Deputados e
Estimados membros do público:

As Grandes Opções do Plano para 2015 são um bom exemplo ilustrativo das consequências da política de asfixia do poder local, levada a cabo por PSD e CDS no Governo e em diversos municípios, para a qual vimos repetidamente alertando. Esta realidade, à imagem do que já aconteceu neste ano de 2014, está patente nas previsões de receitas, nomeadamente no peso dos impostos – autêntica bóia de salvação da tesouraria municipal. A isto acresce o peso das despesas de capital, que absorvem uma parte muito significativa deste dinheiro.

Vejamos: as receitas previstas para a Câmara Municipal são oriundas sobretudo de impostos e taxas – quase 30 milhões num total de 69 milhões de euros. Se cruzarmos este dado com as despesas de capital da Câmara Municipal, perto de 24 milhões de euros, verificamos que a fatia de leão dos impostos dos cidadãos recolhidos pelo município é gasta em despesas das quais estes não tiram qualquer benefício; é gasta em custos de um modelo de gestão altamente questionável. Convém recordar que estamos a

falar de facturas oriundas de gestões irresponsáveis e megalómanas que criaram excelentes negócios para a banca à custa dos maiatos. Convém recordá-lo. O PSD da Maia, hoje, congratula-se por uma pretensa gestão municipal responsável e pela redução da dívida. Não será a CDU a criticar a maioria por tal redução. Mas todos aqui sabem muito bem que esta deveu-se, antes de mais, a imperativos de ordem legal, criados precisamente para estancar a espiral de endividamento de muitos municípios, dos quais a Maia dos elefantes brancos foi um exemplo paradigmático. As senhoras e os senhores deputados perdoar-me-ão este pequeno desvio, mas é expectável que a bancada da maioria venha a esta tribuna reproduzir a cassete da redução da dívida, discurso por cá repetido à saciedade nos últimos dois ou três anos. Sobre o endividamento, já aqui se ouviu dizer ter sido gestão audaciosa, pelo que nada mais do que se diga nos poderá surpreender. Ainda assim, por uma questão de higiene mental, entendemos por bem não deixar de fazer este enquadramento.

Mais de um terço das despesas inscritas neste documento são despesas de capital. As enormes despesas de capital, associadas à alta dependência de impostos, permite-nos, por um lado, duvidar da capacidade da Câmara Municipal em cumprir com as receitas previstas – o que não seria nada de novo - e, por outro lado, responsabilizar o executivo pela incapacidade do município em lidar com necessidades urgentes, nomeadamente problemas sociais que afectam a Maia.

A este nível, verifica-se um investimento orientado sobretudo para a Terceira Idade, nomeadamente nos apoios à construção de diversos Centros de Dia. Reconhecemos a importância deste investimento, tendo em contas as graves lacunas que continuam a

verificar-se no nosso concelho. Porém, há outras áreas que necessitam de apoio, áreas que continuarão deficitárias com o investimento preconizado para o próximo ano.



A Câmara da Maia disponibilizará apenas 150.000€ para a Juventude. Este dinheiro será dividido em algumas iniciativas avulsas de ordem cultural e apoios a organizações juvenis. Exceptuando um apoio que será concedido ao Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, nada há orientado para a inserção no mercado de trabalho, isto quando o desemprego juvenil é altíssimo e reconhecidamente um dos mais graves problemas sociais contemporâneos.

Outro elemento que também se relaciona com esta questão é o apoio disponibilizado para a CPCJ: 51.450€ A Comissão da Maia depara-se com inúmeras dificuldades, decorrentes da deterioração social que se verifica, assim como da crónica falta de técnicos. Não obstante, o trabalho técnico está essencialmente nas mãos de trabalhadores a tempo parcial e estagiários. Este seria um excelente exemplo para o município mostrar como prioriza o investimento social.

Se compararmos estes valores com os que estão previstos para "Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria" - 297.300€, ou para "Publicidade" - 88.100€, percebe-se que não estamos apenas a falar de dificuldades financeiras. Falamos de opções políticas.

Este documento, conforme referi no início da minha intervenção, reflecte orientações políticas muito claras: as opções da direita no poder, causa de boa parte dos problemas que aqui enunciei. Reflecte-as no peso que dívida do município continua a ter quando toca a definir grandes opções; reflecte-as ainda no modo

como o executivo se socorre dos impostos para manter a máquina ligada à corrente; reflecte-se também na tibieza das opções, nomeadamente de carácter social, e na falta de rasgo político.

A CDU votará contra este documento, consciente de que as opções nele inscritas e previsivelmente aprovadas pela direita, contribuirão para o agravamento de alguns problemas sociais do município. Votaremos contra pois estas Grandes Opções se resumem à continuidade de uma orientação política que é urgente combater e é urgente vencer.

Maia, 9 de Dezembro de 2014



Paulo Rebelo

Os deputados da Coligação Democrática Unitária

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

Mais uma vez, e á semelhança dos anos anteriores, vamos aprovar o Orçamento para o ano de 2015.

O executivo da CM tem apresentado a esta Assembleia o Plano de Actividades e o Orçamento dentro dos critérios que reflectem a realidade do tempo que vivemos com todos os constrangimentos e que são do conhecimento de todos nós.

Governar nestes tempos e nestas condições, não é fácil, mas mesmo assim a CM tem sabido demonstrar, através da sua governação, de que é possível manter o concelho da Maia atractivo para o sector empresarial e mesmo para as pessoas, que na dúvida, preferem residir na Maia e não nos outros concelhos vizinhos.

Somos defensores de que todos devemos viver dentro das nossas reais possibilidades, o que, por razões de maus hábitos adquiridos, nos vai dificultando os processos de adaptação ás novas realidades de hoje. Sabemos das dificuldades que nos esperam. Não vai ser mais possível viver como vivemos até aqui. È duro ouvir isto, mas não tenhamos ilusões, o futuro poderá e deverá ser bom, mas não vai ser bom de mais.

Olhando para este Orçamento, podemos constatar um pouco desta realidade. As receitas do Município assentam e assentarão fundamentalmente, nos anos mais próximos, nas receitas fiscais, quer pela comparticipação da administração central, quer pelas geradas pela actividade económica própria do concelho. E mesmo nestas, a autonomia do município será sempre muito residual.

A Maia, tem, ou melhor, terá, ao contrario de muitos, mas mesmo muitos, outros concelhos, uma óptima fonte de receita fiscal, e que deriva do sector empresarial, que como sabemos é

significativa, só que o momento de recessão que ainda vivemos vai tardar a sentir os efeitos favoráveis dessa receita fiscal.

A CM tem feito um trabalho, cujos resultados futuros serão fundamentais para um desenvolvimento sustentável do concelho. Quer queiramos ou não, a redução da despesa levada a cabo pela CM, sem por em causa o seu funcionamento estrutural, tem sido notável, e isto é muito bom para o futuro da Maia. A CM é dos maiores empregadores do concelho e tudo tem feito para se manter como tal. E isto só é possível com muito rigor nas contas, só é possível com o rigor orçamental. E este Orçamento é o espelho dessa política, que ao contrário de muitos ditos, é assim que privilegiamos a acautelamos o futuro. A isto chama-se, visão estratégica.

A CM no passado teve visão estratégica quando pensou, desenhou e apetrechou o concelho de estruturas ao nível instalações básicas de salubridade, de educação, de desporto, de redes viárias, de lazer, de solidariedade social.

Hoje a sua visão estratégica é a de tornar o concelho da Maia mais atractivo e competitivo, e para ser mais atractivo e competitivo não é necessário fazer uma estrada em cima da outra, ou criar uma zona industrial no 4º andar, ou criar outra CM para criar empregos. Não o que é necessário é adaptar, reorganizar e potenciar o que já existe e o que existe é tudo o que é preciso para se ser atractivo e competitivo.

A tarefa de criar empregos, é uma tarefa que cabe às empresas. As políticas de emprego são da responsabilidade das empresas ou de quem detêm o poder de legislar sobre as condições de trabalho ou de conceder às empresas benefícios fiscais para a criação de empregos. A CM não tem esses poderes. Tem outros com são os de criar condições para que as empresas se instalem na Maia e essas condições a CM tem-nas oferecido com a criação das zonas industriais, vias de acesso, transportes, etc.

Sr. Presidente da CM, o Senhor apresenta aqui um orçamento, cujo valor global da despesa é de cerca de 69.2 ME, que traduz o momento difícil que atravessamos, mas é também um orçamento que demonstra bem a preocupação que o seu executivo tem especialmente para as funções sociais, onde afecta cerca de 38% do valor orçamentado, não esquecendo as outras funções, de interesse para os munícipes como sendo as económicas com 13%, e as outras com 10%.

Quanto á receita, que por razoes de regra orçamental é baixa, condicionando a despesa, onde se nota como valores significativos a cobrança de impostos e as transferências correntes que representam cerca de 72%, e as receitas de capital que representam cerca de 14%. Mas penso que é de salientar que a CM tem activos alienáveis, que em situações ideais, os seus valores de realização podem ser algo de muito significativo, o que, em termos de valores orçamentais, seriam muito diferentes deste que hoje constatamos.

A Maia e os Maiatos orgulham-se de terem tido executivos autárquicos capazes, com visão estratégica e com um relacionamento de proximidade com todos os Maiatos e é por isso que lhe vão confiando em mandatos sucessivos a governação do Concelho.

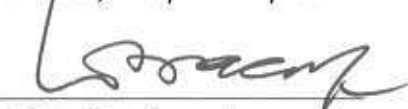
E é com este sentimento por parte dos autarcas da Coligação Sempre pela Maia que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos orgulho do passado e queremos continuar a ter este mesmo orgulho no futuro.

Não estamos nem estaremos preocupados com aqueles que nos acusam de não termos uma estratégia para a Maia. Estaremos preocupados é com os Maiatos que esperam que continuemos a fazer com que a Maia seja lugar onde continue a valer a pena viver.

Por último, é com agrado que verificamos que o executivo tem tido uma gestão rigorosa tendo em vista a consolidação orçamental e das finanças do Município sendo de realçar o esforço feito no sentido da redução do endividamento, que nos últimos anos tem sido de um nível bastante apreciável, o que demonstra bem a sua capacidade na gestão do Município, e sem a qual não é possível imaginar um futuro promissor.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 10/DEZ/2014



(Cândido Graça)
(Coligação Sempre pela Maia)